

**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

**AS CONSEQUÊNCIAS DO ABUSO SEXUAL NOS ALUNOS DO
COMPLEXO ESCOLAR Nº 206, BULA-ATUMBA-PROVÍNCIA DO
BENGO, 2022/2023.**

Autor: Benjamim Fernando Job

Orientador: Elisa Madalena F. Vemba, Msc.

Luanda, 2024

**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

**AS CONSEQUÊNCIAS DO ABUSO SEXUAL NOS ALUNOS DO
COMPLEXO ESCOLAR Nº 206, BULA-ATUMBA-PROVÍNCIA DO
BENGO, 2022/2023**

Trabalho de Fim de Curso apresentado ao Instituto Superior de Angola, como requisito parcial para obtenção do grau de licenciatura em pedagogia, sob a orientação da Professora, Elisa Madalena F. Vemba, Msc.

Autor: Benjamim Fernando Job

Orientador: Elisa Madalena F. Vemba, Msc.

Luanda, 2024

FOLHA DE APROVAÇÃO

CONSEQUÊNCIAS DO ABUSO SEXUAL NOS ALUNOS DO COMPLEXO ESCOLAR Nº 206, BULA-ATUMBA-PROVÍNCIA DO BENGO, 2022/2023

Júri:

1º Presidente_____

2º Vogal_____

3º Vogal_____

4º Secretário_____

CLASSIFICAÇÃO:_____

Data da Monografia____/____/____

DEDICATÓRIA

Ao meu querido pai, In memória “**Job Luís José**”. Por ter cuidado de mim nos bons e maus momentos e por serem os percussores da minha existência.

AGRADECIMENTOS

A Deus o criador por me ter amparado ao longo do meu percurso académico e ter permitido que chegasse até a conclusão deste ciclo de formação.

Aos meus queridos pais, In memória “**Job Luís José e Beatriz António**”. Por ter cuidado de mim nos bons e maus momentos e por ser o percussor da minha existência.

A minha orientadora Elisa Madalena F. Vemba, Msc, por ser incansável e determinante na elaboração deste árduo e nobre trabalho.

Ao colectivo de professores do Instituto Superior de Angola (ISA), por serem os incentivadores no processo da minha vida académica.

A Direcção do Complexo escolar nº 206, por permitirem efectuar a pesquisa do presente trabalho.

A todos aqueles que contribuíram directa ou indirectamente para a concretização deste trabalho.

Muito obrigado!

EPÍGRAFE

*Os abusos nas crianças são capazes de afectar
intensamente a vida de uma pessoa, principalmente
na fase adulta.*

(Vanessa Dockhorn, 2023)

RESUMO

A presente monografia buscou compreender as consequências do abuso sexual nos alunos do complexo escolar nº 206, Bula-Atumba-Província do Bengo, 2022/2023. Teve como pergunta de partida: Quais são as consequências do abuso sexual? **H1-** Podem ser trauma, que pode gerar sintomas como ansiedade, depressão, sentimento de culpa, vergonha, ódio, medo, raiva; Para se chegar aos objectivos traçados, usouse a pesquisa descritiva com procedimento bibliográfico. Para uma pesquisa exitosa optamos pela abordagem Quali-qualitativa. A nossa população foi composta por 362 indivíduos. A nossa amostra é de 185 entrevistados todos do complexo escolar nº 206, do Município do Bula-Atumba- Província do Bengo. Objectivos estudo **Geral:** Compreender as consequências do abuso sexual nos alunos do complexo escolar Nº 206, Bula-Atumba-Província do Bengo, 2022/2023. **Específicos:** Identificar as consequências do abuso sexual nos alunos do complexo escolar nº 206, Bula-Atumba; Analisar as consequências do abuso sexual nos alunos do complexo escolar nº 206, Bula-Atumba; Descrever as consequências e as causas do abuso sexual. Concluimos que O abuso sexual da criança é uma relação de transgressão e esta não pode ser responsabilizada por tal acção.

Palavra-chaves: Consequências; Abuso sexual e Aluno

ABSTRACT

This monograph sought to understand the consequences of sexual abuse on students at school complex nº 206, Bula-Atumba-Província do Bengo, 2022/2023. The starting question was: What are the consequences of sexual abuse? **H1-** They can be trauma, which can generate symptoms such as anxiety, depression, feelings of guilt, shame, hatred, fear, anger; To reach the objectives outlined, descriptive research was used with a bibliographic procedure. For successful research, we chose the Quali-qualitative approach. Our population consisted of 362 individuals. Our sample consists of 185

interviewees, all from school complex nº 206, in the Municipality of Bula-Atumba-Bengo Province. **General** study objectives: Understand the consequences of sexual abuse on students at school complex Nº 206, Bula-Atumba-Província do Bengo, 2022/2023. **Specific:** Identify the consequences of sexual abuse on students at school complex nº 206, Bula-Atumba; Analyze the consequences of sexual abuse on students at school complex nº 206, Bula-Atumba; Describe the consequences and causes of sexual abuse. We conclude that sexual abuse of children is a relationship of transgression and the child cannot be held responsible for such an action.

Key-words: Consequences; Sexual abuse and student

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela nº 01– Descrição da População e Amostra	46
Tabela nº 02– Dados dos entrevistados Relativamente as idades	46
Tabela nº 03– Dados dos entrevistados Relativamente o Sexo	46
Tabela nº 04– Dados dos entrevistados relacionado a habilitação literária.....	47

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I- FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	
4	
1.1.Definição de termos e conceitos	4
1.1.1. Consequências	4
1.1.2. Abuso sexual	4
1.1.3. Aluno	4
1.2. Evolução histórica do papel Familiar e Social da Criança	5
1.3. Contexto intrafamiliar e extrafamiliar	6
1.4. Dinâmicas do abuso sexual criança: sedução, culpa, segredo, revelação	10
1.5.Fatores de Risco e Proteção	13
1.6. Consequências biopsicossociais	15
1.7. Como o abuso sexual afecta o desenvolvimento da criança.	26
1.8. O professor e as questões de abuso sexual	28
1.9. Conscientização e prevenção ao abuso sexual nas instituições de ensino	31
1.10. Abuso sexual como factores de risco ou perigo	35
1.11. Programas de prevenção: metodologias e boas práticas	37
1.12. O papel dos intervenientes da educação	39
CAPÍTULO II - METODOLOGIA DE PESQUISA	43
2.1.Tipo de pesquisa	43
2.2. Modelos de Abordagens	43
2.3. Níveis de estruturação de métodos	43
2.4.Técnicas e de pesquisa	44

2.5. Instrumentos e Procedimentos	44
2.6. População e Amostra	44
CAPITULO III- DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	46
3.1. Caracterização da escola	46
CONCLUSÃO	57
SUGESTÕES	59
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	60

INTRODUÇÃO

A presente monografia buscou compreender as consequências do abuso sexual nos alunos do complexo escolar nº 206, Bula-Atumba-Província do Bengo, 2022/2023. Hoje em dia são cada vez mais as notícias e os estudos sobre os abusos sexuais, em todas as faixas etárias e em ambos os sexos. No entanto, muitos e muitos casos permanecem silenciados. O abuso sexual tem sido considerado um grave problema de saúde pública e a literatura especializada aponta a existência, em vários países, de programas para estudo, prevenção e tratamento. Em Angola, apesar da intensificação de pesquisas que investigam a dinâmica e os efeitos deste fenômeno.

Esta forma de violência pode ser definida como qualquer contato ou interação de uma criança ou adolescente com alguém em estágio mais avançado do desenvolvimento, na qual a vítima estiver sendo usada para estimulação sexual do perpetrador. A interação sexual pode incluir toques, carícias, sexo oral ou relações com penetração (digital, genital ou anal).

O abuso sexual também inclui situações nas quais não há contacto físico, assédio, exposição a imagens ou eventos sexuais, pornografia e exibicionismo. Estas interações sexuais são impostas às crianças ou aos adolescentes pela violência física, ameaças ou indução de sua vontade.

O abuso sexual também pode ser definido, de acordo com o contexto de ocorrência, em diferentes categorias. O abuso sexual intrafamiliar ou incestuoso é aquele que ocorre no contexto familiar e é perpetrado por pessoas afetivamente próximas da criança ou do adolescente, com ou sem laços de consanguinidade, que desempenham um papel de cuidador ou responsável destes. Por outro lado, o abuso sexual que ocorre fora do ambiente familiar envolve situações nas quais o agressor é um estranho, bem como os casos de pornografia e de exploração sexual.

Portanto vários são os problemas que nos levam a descrever este tema, visto que nos últimos tempos a Província em particular o município do Bula-Atumba tem-se registado vários crimes de abuso sexual cabendo afetar o desenvolvimento das vítimas, tanto cognitivo, afectivo e social, com diversas intensidades, deixando marcas no seu desenvolvimento, com danos que podem persistir por toda vida. Assim, esses

fatores favorecem para consequências graves nos alunos podendo levar até a fase adulta. Diante destes problemas levantou-se a seguinte pergunta de partida: **Quais são as consequências do abuso sexual?**

Hipóteses

Hipóteses são suposições colocadas como respostas plausíveis e provisórias para o problema de pesquisa. As hipóteses são provisórias porque poderão ser confirmadas ou refutadas com o desenvolvimento da pesquisa. (Carvalho, 2009)

H1- Podem ser trauma, que pode gerar sintomas como ansiedade, depressão, sentimento de culpa, vergonha, ódio, medo, raiva.

H2- As possíveis consequências do abuso sexual pode ser comportamento de suicida e baixa autoestima;

H3- As consequências do abuso sexual são agressividade, tendência ao isolamento social e comportamento sexual inadequado, entre outros.

Objectivos do estudo

Objectivo é a meta a ser alcançada: deve ser definido de forma clara, passiva em termos do tipo de relacionamento entre as variáveis. (Zassala 2013)

Geral:

Compreender as consequências do abuso sexual nos alunos do complexo escolar Nº 206, Bula-Atumba-Província do Bengo, 2022/2023.

Específicos

1. Identificar as consequências do abuso sexual nos alunos do complexo escolar nº 206, Bula-Atumba;
2. Analisar as consequências do abuso sexual nos alunos do complexo escolar nº 206, Bula-Atumba;
3. Descrever as consequências e as causas do abuso sexual;
4. Sugerir métodos e estratégias que visam combater as consequências do abuso sexual nos alunos do complexo escolar nº 206, Bula-Atumba.

Justificativa

O estudo justifica-se no sentido de fortalecer o meu enriquecimento e a prática profissional por meio da aplicação embasada nas teorias confirmadas aos autores que descreveram o tema em pesquisa.

O abuso sexual pode trazer graves consequências para a saúde mental das vítimas tanto no curto quanto no longo prazo. O dia 18 de maio é o Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual, uma data que busca colocar o tema em pauta na sociedade. Diariamente muitas crianças são expostos a diversas formas de violência nos diversos ambientes por eles frequentados.

A família, a sociedade e o poder público devem ser envolvidos na discussão e tomar medidas em relação à prevenção ao abuso e exploração sexual. É preciso alertar principalmente as vítimas que, em sua grande maioria, não tem a percepção do que é o abuso sexual.

A importância desta pesquisa é de extrema relevância sociais pois o crime tem se aumentado cada vez mais e têm incomodado a sociedade por outro lado vai a ajudar os mesmos a ter cuidado com o criminoso e como devem combater estas práticas.

Quanto relevâncias acadêmica e científica, a presente pesquisa traz métodos para informar como combater estes crimes e o mesmo servirá como meio de pesquisa para a comunidade acadêmica principalmente aos estudantes do nosso Instituto.

Delimitação e Limitação do estudo

Delimitação temporal: o presente estudo teve como a delimitação temporal num período compreendido de 2022-2024.

Delimitação espacial: O presente estudo consubstancia-se no complexo escolar nº 206, Bula-Atumba Província do Bengo

Limita-se ao tema: As consequências do abuso sexual nos alunos.

CAPÍTULO I- FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1. Definição de termos e conceitos

1.1.1. Consequências

Segundo (Hargreaves, 1998, p. 45). Consequências é tudo aquilo que é resultante do efeito ou resultado de uma acção.

Segundo Camacho e Tavares (2011), consequência é resultado, Efeito; conclusão.

De acordo com Aurélio (2021, p. 5), a palavra consequência tem origem latina consequentia, que significa resultado ou o efeito de um acto praticado anterior.

Com bases este autor consequência é o resultado de uma acção ou acto praticado no passado quer seja positivo ou negativo. Por exemplo “Como consequência da crise económica, a empresa anunciou que irá demitir duas centenas de trabalhadores”.

1.1.2. Abuso sexual

Para Maxwell, (2014 p.2) O abuso sexual é uma forma de violência sexual contra criança e/ou adolescente.

Abuso sexual é toda forma de relação ou jogo sexual entre um adulto e uma criança ou adolescente, com o objetivo de satisfação desse adulto e/ou de outros adultos. Pode acontecer por meio de ameaça física ou verbal, ou por manipulação/sedução. Furniss (1993, p.180).

Abuso sexual é forma de maus-tratos que apresenta tanto violência física como psicológica, geralmente repetitivo e intencional. (Watson, 1994)

Entende-se que abuso sexual é qualquer atividade ou interação onde a intenção é estimular e/ou controlar a sexualidade de outrem.

1.1.3. Aluno

Dicionário Infopédia (2019, p.56) afirma que aluno é uma pessoa que recebe formação de um ou mais professores, geralmente num estabelecimento de ensino, de forma a adquirir ou aumentar os conhecimentos em diversas áreas.

Segundo Aurélio (2014, p. 43) Aluno “é um conceito que provém de *alumnus*, um termo latino. Esta palavra permite referir-se ao estudante ou ao aprendiz de uma determinada matéria ou de um professor. Um aluno, portanto, é uma pessoa que se dedica à aprendizagem”.

Para Catho; (2020), aluno é uma pessoa que se dedica aprendizagem ou seja é aquela pessoa que assiste as aulas e preocupa-se apenas com a nota da prova. É um indivíduo que recebe uma educação formal numa instituição de ensino

Percebe-se que aluno é um sujeito capaz de interpretar, dialogar, compreender e construir conhecimento.

1.2. Evolução histórica do papel Familiar e Social da Criança

A perspectiva evolutiva do papel da criança na família e na sociedade bem como o seu reconhecimento enquanto ser dotado de direitos afigura-se essencial para compreender o percurso do abuso sexual, desde a normalização até à criminalização (Silva, 2018).

Ao longo de muitos séculos não houve uma preocupação específica ou política de proteção de crianças e adolescentes, sendo estes muitas vezes alvo de violência, como alguns infanticídios que aparecem descritos nos registos bíblicos. Também na Grécia Antiga, a sociedade espartana via o homem como um guerreiro, motivo pelo qual era retirado à sua família, a partir dos 6 anos, para ser treinado para a guerra (Cáceres, 1996).

Já na Idade Média, quando a Igreja detinha um grande poder e a agricultura era a atividade basilar da sociedade, a criança fundia-se no mundo dos adultos, pelo que era vista como um adulto em miniatura e desta forma contribuía com a sua mão-deobra para este meio de produção. Outras crianças eram confiadas a mestres através de contratos de aprendizagem, sendo a sua principal obrigação em relação ao mestre estar à sua serventia como aprendiz, enquanto o mestre transmitia os seus conhecimentos, experiência prática e valores humanos (Ariès, 1981).

De acordo com Oliveira (2006), na transição da Idade Média para a Moderna, dá-se também uma mudança da representação da criança e da necessidade de proteção

e educação. Segundo Amaral (2008), no final do século XVII, começaram a surgir mudanças na construção social da criança através de uma maior preocupação no que diz respeito à higiene e passando a escola a ser entendida como a chave para a educação já que, até aqui, as crianças eram mantidas em casa até aos oito anos de idade, sempre rodeadas de adultos.

A partir dos séculos XIX e XX foram marcados por uma crescente valorização da criança, ainda que “ficaram algumas franjas desprotegidas” (Tomé, 2018, p.21). Isto porque, nas palavras de Amaral (2008), a mudança não significa sempre progressos e havia ainda um longo caminho a percorrer. Apesar da necessidade de melhorar o seu nível de vida, de proteger a criança e os seus direitos, a conjuntura social aproveitou-se das que possuíam menos posses, obrigando-as a trabalhar, auferindo salários baixos ou apenas alguns alimentos para se manterem vivas e ajudarem a sua família numa ótica de ocupação e controlo, visando evitar comportamentos desviantes (Amaral, 2008).

Só em 1920 surgiu, em Genebra, a União Internacional de Socorros às crianças, como consequência do impacto devastador da Primeira Guerra Mundial, cujos princípios foram aprovados na Assembleia da Sociedade das Nações, em 1924, que produziu a Carta dos Direitos da Criança, reconhecida legalmente em diversos países. Assim, em 1948, foi redigida a Declaração Universal dos Direitos Humanos e, em 1954, a Declaração dos Direitos da Criança. Anos mais tarde, em 1992, o Parlamento Europeu aprovou a Carta Europeia dos Direitos da Criança (Carvalho, 2002).

Mais recentemente, em 2010 entrou em vigor a Convenção para a Proteção da Crianças contra a Exploração e o Abuso Sexual, em resultado da Conferência dos Ministros Europeus da Justiça, que teve lugar em Lanzarote, Espanha (Maria, 2012). Este documento assenta em quatro eixos de atuação com objectivo de prevenir e combater a exploração sexual e o abuso de crianças; proteger os direitos das crianças vítimas; punir os seus abusadores; promover políticas e cooperação nacional e internacional contra este crime.

1.3. Contexto intrafamiliar e extrafamiliar

O abuso sexual de menores pode ocorrer em âmbito intrafamiliar e extrafamiliar. Tendencialmente, julga-se que o que distingue estas duas formas de violência é o sítio

onde ocorre, mas a verdade é que existem diferentes variáveis, dinâmicas e consequências que lhe estão associadas, e que diferem consideravelmente. Tal como refere Passarinho (2015), há diferenças entre estes dois tipos de contextos, em especial na forma como se relaciona o perpetrador da agressão com a vítima. Já nas palavras de Carvalho (2007), existem algumas variáveis que diferenciam estes dois contextos, nomeadamente, a gravidade, a violência, e a durabilidade.

No que diz respeito à durabilidade e à gravidade, o autor menciona que, em contexto intrafamiliar, os abusos tendem a perpetuar-se durante mais tempo e de forma continuada, para além de a utilização da força ser mais comum em contexto extrafamiliar. No entanto, em contexto intrafamiliar, quando as vítimas têm idades compreendidas entre os 12 e 14 anos, é recorrente o uso de agressões físicas e verbais, podendo, eventualmente, assemelhar-se ao contexto extrafamiliar.

Brito, Ferreira, Mendes, Cardoso, Nunes, Silvestre e Soeiro (2016) caracterizam o abuso sexual em contexto intrafamiliar como crimes sexuais perpetrados por membros que tenham uma relação familiar com a criança ou jovem, ou indivíduos próximos à criança, ainda que não habitem na mesma casa que a vítima. No entanto, esta violência tende a ocorrer com maior frequência na habitação da criança/jovem, ou em lugares que a família costuma frequentar.

A (Apav2011) acrescenta que, na maioria das vezes, esta violência é cometida por membros da família que prestam regularmente cuidados à criança. Neste contexto, a detecção é mais difícil, em virtude dos laços afetivos que ligam a criança ao agressor. A relação de confiança, a dependência emocional e a satisfação das necessidades também constituem entraves na sinalização desta violência.

Machado (2013) acrescenta que são os afetos pelo abusador que tornam este abuso mais destrutor, mas realça também o facto de a criança estar em sofrimento num contexto vincutivo resultar muitas vezes no silêncio da vítima. Existem fatores que favorecem esta prática, por exemplo, o facto de existir convivência facilita a existência de momentos a sós entre o agressor e a vítima. O primeiro conhece a criança, as suas necessidades e gostos, o que facilita o processo de manipulação e também o planeamento das situações abusivas, o que contribui para a continuidade desta violência.

É preciso perceber que, em volta deste abuso, existe uma organização detalhada e pensada. Nakatani (2012 in Passarinho, 2015) diz que, regra geral, o abusador não inicia o abuso de forma brusca, começando antes por procurar a confiança da criança, por exemplo, com ofertas que ela goste e algumas trocas de toques. Apenas é comum o uso de força física em casos de crianças com idade considerável, ou quando estas começam a ter noção e consciência que aquilo não é correto.

Não é possível estabelecer um perfil para as famílias nas quais ocorre esta violência, ainda assim Brito et al. (2016) enumeram alguns aspetos comuns, nomeadamente, um modelo familiar patriarcal, a presença de um substituto paterno, e escasso afeto físico e emocional em relação à criança/jovem. São também apontadas outras causas, como um mau relacionamento entre a criança e os progenitores, em casos em que esta não é protegida ou não sejam estabelecidos laços vinculativos, bem como um relacionamento conjugal disfuncional e, ainda, sejam impostas regras muito rígidas.

Relativamente a quem pratica o crime neste contexto, a mesma fonte (2016, p.18) menciona que é frequente apresentar:

Elevada imaturidade afetiva, um passado de carências afetivas e separações, sendo frequente ter sido vítima de violência (física e sexual) durante a própria infância, ausência de culpa relativamente ao ato incestuoso, crença de que tem direito de posse sobre a criança/jovem ou de iniciador da criança/ jovem na vida sexual.

O menor que sofre esta experiência frequentemente “tende a adotar uma atitude de passividade e dificuldade de resistência aos comportamentos do/a autor/a do crime, não incitamento das investidas do/a autor/a do crime, culpabilidade” (Brito et al., p.18).

Carvalho (2007) admite que, quando o abuso é efetuado por alguém que desempenha uma figura de referência para a criança, este será mais impactante e, por isso, afigura-se de mais difícil recuperação. Outro aspeto a ter em conta é o facto de as denúncias serem feitas bastante tempo após ocorrer o ato violento, o que dificulta o trabalho dos profissionais, uma vez que a nível físico, muitas vezes, já não existem provas, e apenas resta o testemunho da criança. A mesma fonte aponta que a ocultação por parte do menor em situação de abuso dentro da família poderá ser

influenciada pela forma como está organizado o sistema judicial, muitas vezes lento. Outra causa poderá ser o facto de as crianças serem retiradas do meio familiar de forma repentina, o que é encarado por estas como uma punição. É frequente o sentimento de arrependimento e distorção dos relatos, o que fortalece o mito de que os mais pequenos mentem.

No estudo de revisão de Cardoso (2015), o autor recorreu a uma pesquisa bibliográfica de artigos publicados entre 1988 e 2015, cujo objetivo era perceber o perfil dos agressores em contexto intrafamiliar e extrafamiliar. É visível que esta agressão é praticada com mais frequência por agressores conhecidos da vítima (84,8%), do que por estranhos (6%). Padilha e Gomide (2004) acrescentam que, neste contexto, quando a vítima é do sexo feminino, o mais comum é que o abusador seja o pai ou padrasto.

Carvalho (2002,p.18) refere que existem muitos progenitores que consideram menos grave quando qualquer ato abusivo é cometido por eles, o que o autor considera relacionar-se com a “noção de controlo, de poder, de amor, crença de que, ao serem iniciadores sexuais, as suas experiências são expressões positivas de amor”.

Relativamente ao contexto extrafamiliar, Brito et al. (2016, p.68) afirmam que grande parte destas situações são perpetradas por pessoas conhecidas da criança (ex.º: amigos da família, vizinhos, prestadores de serviços) e que, muitas vezes, participam nas rotinas desta (ex.º: professor, ama, tutor de uma atividade extra curricular, etc.), podendo os atos ocorrer na habitação da vítima ou do/a autor/a do crime, na escola, na viatura automóvel do/a autor/a do crime, numa loja ou no caminho para casa. Importa, portanto, destacar, que são raras as ocorrências perpetradas por pessoas desconhecidas da vítima (p.68).

De acordo com Cardoso (2015) existem diferenças significativas no que diz respeito à idade das vítimas nos dois contextos, afirmando que, no intrafamiliar, normalmente é menor. No seu estudo de revisão, relativamente ao perfil dos agressores, é mais frequente os abusadores em contexto intrafamiliar terem antecedentes desta prática (61%), em oposição ao que sucede no contexto extrafamiliar (17.7%).

Apurou ainda que, no contexto extrafamiliar, as formas de violência são mais severas, pois, no que respeita à penetração, a taxa foi de 30%, enquanto no intrafamiliar o mais comum é o contacto com as partes genitais, que apresenta uma percentagem de 55,4%. Relativamente ao uso de força física, no contexto intrafamiliar, é habitual acontecerem mais ameaças, ao passo que, no extrafamiliar, são comuns as ofensas físicas.

Uma vez que da família se espera amparo, apoio, afetos, e, sobretudo, proteção, não é difícil perceber que uma criança abusada no seu seio familiar sofre uma descompensação total no que respeita ao papel das figuras paternas. Ainda assim, isto não significa que o extrafamiliar seja menos severo, pois em ambos existe sofrimento, desde logo porque no abuso sexual a inocência foi destruída e a intimidade é invadida. É de salientar que, tal como refere Pfeiffer e Salvagni, (2005), a maioria dos casos acontece, ainda, antes da formação de uma identidade sexual consciente ou definida, podendo constituir um sério transtorno na identidade sexual.

1.4. Dinâmicas do abuso sexual as crianças: sedução, culpa, segredo, revelação

Florentino (2015) refere que é necessário ter em conta que a criança sofredora deste tipo de violência, com facilidade encontra razões que despertem nela um sentimento de culpa, ou, mesmo se tal não ocorrer, o próprio agressor manipula-a no sentido de tal suceder.

Balbinotti (2009) acrescenta, ainda, que o agressor interioriza na vítima o sentimento de autorresponsabilização perante a situação abusiva da qual está é alvo, afirmando inúmeras vezes que a criança teve atitudes sedutoras e provocadoras. Por outro lado, Brito et. al (2016) dizem que uma outra forma de intimidação do abusador para com a vítima é o facto de aquele tentar incutir a da ideia que, se contar alguma coisa acerca do ato abusivo a que foi sujeita, tal poderá resultar em consequências nefastas para a mesma, nomeadamente, ser separada da família, ou ocasionar a separação dos progenitores.

Antunes e Magalhães (2019), no seu estudo realizado em Lisboa, pretendiam investigar as dinâmicas significativas e explicativas do abuso sexual infantil. Este estudo envolveu 16 adolescentes vítimas de abuso sexual. Os autores chegaram à

conclusão de que o sentimento de culpa pelo ato ter ocorrido ou por não o terem conseguido evitar era frequente nas situações analisadas (56%). Foi também evidente que, em contexto intrafamiliar, as vítimas culpabilizam-se mais pelas consequências e alterações familiares, visto que apenas seis dos casos (37,5%) culpabilizaram o agressor.

Relativamente ao segredo e à revelação, Furniss (1993 in Antunes & Magalhães 2019) expõe que a síndrome do segredo é influenciada por fatores internos e externos. Em relação aos primeiros, a criança não encara o abuso na sua forma real, e, consequentemente, não o revela ou estão interligados ao segredo familiar e social que se constrói em volta desta prática. Os segundos assentam na falta de evidências médicas, revelações mal-entendidas, bem como estratégias que o ofensor utiliza para intimidar a vítima.

Brito et al (2016, p. 6970). O temor das consequências que podem advir da revelação, “medo de não acreditarem em si, de ser ridicularizado/a, de magoar ou outros ou o próprio abusador, de desintegrar a família, de ser castigado/a, de ser retirado/a à família, de que o abusador seja preso” influenciam a criança a manter o assunto em segredo. Especificamente, no que diz respeito às evidências clínicas.

De acordo com Caetano (2019,p.71), a criança muitas vezes é manipulada para manter segredo. O agressor incute na criança que aquele comportamento é uma forma de demonstrar os seus afetos por ela, podendo a mesma sentir-se culpada pelo facto de tal situação estar a acontecer ou, pelo contrário, em virtude de esta se sentir bem em consequência da importância que lhe é atribuída. O mesmo autor acrescenta ainda que, regra geral, os perpetradores desta violência procuram crianças com carências afetivas e que, por isso, se encontram mais vulneráveis e se tornam fáceis de manipular.

No entender de Melo, Sousa, Flöering e Muniz (2013), existe uma variável importante no facto de a criança manter o segredo, que é a acomodação, ou seja, esta pode aceitar o ato abusivo e, posteriormente, adaptar-se à situação violenta, interiorizando que a única solução é consenti-la.

No que toca ainda à revelação, Furniss (1993 in Antunes & Magalhães 2019) enumeram fatores internos às vítimas que fortalecem a negação e anulação psicológica, encontrando-se divididos em três níveis:

- 1) O contexto em que, regra geral, ocorre o abuso caracterizado por um ambiente escuro, sem contacto visual e pouca interação verbal e física, levam a vítima a ter dificuldade em perceber a experiência e processá-la cognitivamente e emocionalmente;
- 2) As mudanças incutidas pelo perpetrador na sua forma de falar, forma de estar, expressões faciais e voz, regressando ao seu estado normal após o abuso, tornando, desta forma, a compreensão da experiência mais difícil por parte da vítima;
- 3) Padronização do abuso, existindo sinais típicos do início e do fim desta interação, que a criança reconhece. Tudo isto introduz uma quebra no seu dia-a-dia, encarando esta situação, muitas vezes, como uma pausa da realidade, o que conduz, em grande parte dos casos, a que vítima, como forma de lidar com esta situação, se acomode e a encare como algo normal e corrente.

Importa ainda ressaltar que o contexto em que esta agressão ocorre, bem como a idade da vítima, são variáveis significativas para a revelação. Balbinotti (2009), através do seu estudo que tinha como objetivo abordar o abuso sexual de crianças e adolescentes em contexto familiar, afirma que, neste tipo de abuso, torna-se mais difícil a revelação, especialmente quando existem laços afetivos, ou quando a criança não percebe o que está a acontecer ou, em situações em que, ainda que haja conhecimento por parte de algum familiar, por vergonha perante a sociedade, ou para evitar problemas dentro de casa, este nada diz. Por outro lado, quando os abusos acontecem no meio familiar é mais fácil a criança guardar segredo, na maior parte dos casos por medo do que possa acontecer se contar e, sobretudo, de ser castigada (Florentino, 2015).

É ainda referido no estudo de Balbinotti (2009, p.9) que a idade é uma variável determinante, “pois quanto menor esta for maior a sua dependência em relação ao agressor e mais restrito o seu entendimento do mundo externo do seu lar, ocasionando, assim, a manutenção do segredo.

Carvalho (2002) aponta ainda para o facto de a cultura ser um fator determinante no que diz respeito ao entendimento da criança sobre o abuso. É comum transmitir à criança que os mais velhos constituem uma referência, e, ainda, que são eles que impõe todas as regras, verificando-se a obrigação de cumprimento absoluto, dificultando, desta forma, o processo de revelação, o que, por sua vez, impede a realização de uma intervenção precoce.

1.5.Fatores de Risco e Proteção

A APAV (2011) ressalva que não existe um perfil de vítimas ou agressores do abuso sexual infantil, no entanto, há algumas características que se podem tornar fatores de risco ou proteção.

De acordo com Finkelhor (1993), existem alguns atributos individuais da criança que a expõem a um maior risco de exposição ao abuso sexual: a idade e o sexo podem ser fatores determinantes e, no geral, existem mais vítimas do sexo feminino, sublinhando-se ainda que as crianças do sexo masculino, tendencialmente, são abusadas com idades inferiores quando comparado com o ao sexo oposto. A fase mais suscetível em ambos os sexos é o período dos sete aos doze anos.

Borges e Zingler (2013), na sua pesquisa qualitativa que “visou identificar os fatores de risco e de proteção em casos de abuso sexual na adolescência” (p.1), entrevistaram duas adolescentes vítimas de abuso sexual, oriundas de um município do interior do Rio Grande do Sul (Brasil). Concluíram que a baixa autoestima e a insegurança nas capacidades individuais constituem fatores de risco para o indivíduo. Especificamente, menores com carências afetivas ou deficiências físicas/mentais estão mais vulneráveis a esta violência, já que, em virtude da sua debilidade emocional, o abusador facilmente os consegue manipular. Por outro lado, as vítimas com deficiências físicas/mentais podem não ter a perceção do que está a acontecer, o que torna difícil a revelação do abuso.

Relativamente à família enquanto fator de risco, Amaral (2008) aponta como causa a estrutura familiar, destacando a ausência de uma figura parental e condições económicas baixas, a carência afetiva dos pais para a criança, bem como a adoção de uma atitude de repreensão perante o desenvolvimento sexual da criança/adolescente. Também Cardoso (2015), no seu estudo de revisão, encontrou uma taxa de prevalência em famílias com condições precárias de 39,6%. Verificou,

ainda, que, na maioria das famílias, “somente um dos cônjuges tinha emprego” e “as residências exibiam condições precárias” (p.21).

Um agregado extenso também poderá consistir num fator de risco, pois a maior taxa de prevalência foi de 46,1%, quando a constituição era de 4-6 elementos, e de 20,2% no caso de ser composto por 7-9 elementos. No entanto, este autor alerta para o facto de o abuso sexual poder acontecer em qualquer estrato social. A mesma fonte aponta ainda para as relações disfuncionais, separações ou novos membros no seio da família, pais com nível de escolaridade escasso, desempregados e a cuidar dos filhos por longos períodos, progenitores que sofreram de abusos e maus tratos na sua infância, que estejam dependentes de substâncias psicoativas (álcool, drogas) ou que sofram de doenças psiquiátricas.

Borges e Zingler (2013, p.7) dizem ainda que a troca de papéis no contexto familiar, quando as crianças/adolescentes assumem as funções dos progenitores, como, por exemplo, no caso das meninas, ao ser-lhes atribuído o papel de cuidar da casa ou dos irmãos, tal poderá potenciar o abuso sexual, já que podem ser entendidas por parte do abusador como “mulheres da casa.

Brito et al. (2016) apontam para a pobreza e desorganização comunitária, nomeadamente, em relação aos escassos recursos que asseguram a proteção e supervisão das crianças e jovens: “quando numa comunidade predomina a desorganização social, o sentido de competência coletiva partilhada pelos indivíduos é diminuto, e como tal não é alcançada a devida coordenação e integração dos recursos existentes para a supervisão e educação das crianças e jovens” (p.66).

Borges e Zingler (2013) identificam também a escola como fator de risco, quando não existe uma rede social e escolar, em que não são estabelecidos vínculos de empatia e, por isso, a criança/jovem não se sente à vontade para falar, verificandose, deste modo, uma generalizada falta de comunicação no âmbito escolar e, ainda, a ausência de supervisão nas atividades escolares ou, mesmo, fora do período escolar.

Uma vez descritos os fatores de risco, importa ressaltar que, para minimizar e abrandá-los, existem diversas variáveis que se intitulam de fatores de proteção. Borges e Zingler (2013) destacam, a nível individual, um bom conhecimento acerca de si mesmo, sublinhando, por exemplo, o facto de saber identificar as suas qualidades e

virtudes, de possuir um bom autocontrole, de ser autônomo e de apresentar uma personalidade autorregulada. Brito et al. (2016) assinalam também as aptidões verbais e comunicativas, as competências na resolução de problemas, boa autoestima, percepção positiva face à escola e capacidade de pedir ajuda.

Relativamente Borges e Zingler (2013) indicam que um bom suporte familiar, em que o diálogo seja a base da comunicação entre os pais e os filhos poderá ser uma variável protetora bem como o estabelecimento de vínculos afetivos.

No que diz respeito a fatores de proteção sociais, Brito et al. (2016) focam uma relação positiva entre as crianças/adolescentes com os seus professores, treinadores, profissionais de saúde e os seus pares, assim como um ambiente saudável na escola, que propicia um bom rendimento ao nível da aprendizagem. A existência de recursos comunitários para a proteção das crianças e jovens é também uma variante importante, destacando-se, ainda, a harmonia social.

1.6. Consequências biopsicossociais

Nas palavras de Antunes e Magalhães (2019), nos últimos anos tem existido uma preocupação científica em perceber o impacto do abuso sexual infantil. De acordo com Amaral (2008), os abusos sexuais infantis acarretam consigo consequências biológicas, psicológicas e sociais, que deverão ser percebidas atendendo ao contexto em que ocorrem. Também Florentino (2015) afirma que depende da individualidade de cada um e também da experiência. Algumas das consequências manifestam-se a curto prazo (infância) e outras a longo prazo (adolescência e vida adulta). A mesma fonte (p.142) indica como consequências físicas:

Lesões genitais, lesões anais, gestação, doenças sexualmente transmissíveis, disfunções sexuais, hematomas, contusões e fraturas, lesões genitais que não se dão somente pela penetração e sim por meio da introdução de dedos e objetos no interior da vagina das vítimas. Lesões que deixam manifesto o sadismo do agressor, como queimaduras por cigarro, lacerações dolorosas e sangramento genital. Irritação da mucosa da vagina, diversas lesões anais, tais como a laceração da mucosa anal, sangramentos e perda do controle esfinteriano em situações onde ocorre aumento da pressão abdominal.

Reis (2009) aponta também para a perda de urina involuntária, hemorragias, por vezes derivadas do rompimento do íman, e infeções urinárias. Na perspectiva de Cardoso (2015), entende-se que a estrutura individual, enquanto criança, depende

essencialmente daquilo que quem está mais próximo consegue dar em cada momento do seu crescimento, por isso, todas as experiências emocionais vividas durante a infância têm um peso significativo na construção futura de cada um.

O abuso sexual numa criança acarreta consequências destrutoras e marcantes, podendo existir diferenças na gravidade dos efeitos, dependendo da condição individual de cada um, da idade em que começa a ser vítima, a durabilidade do abuso e o número de vezes que ocorre, a violência e as ameaças utilizadas, a disparidade de idade entre o abusador e a criança e a existência de laços afetivos entre ambos (Furniss, 1993 in Florentino 2015). Importa também dizer que o impacto psicológico/emocional depende do caso concreto, e poderá ser mediada pelo suporte familiar e pelo contexto ambiental, de modo a atenuar os efeitos. É também determinante a atitude adotada de quem faz parte da vida da criança após ser descoberto este crime.

Assim, relativamente às consequências psicológicas e emocionais, Reis (2009) afirma que, usualmente, a criança ou jovem desenvolve características como falta de autoestima, personalidade agressiva, vontade anormal de contentar pessoas adultas, dificuldades de relacionamento com outras crianças, comportamentos sexuais inadequados, frequentemente após o acontecimento (divertimentos de carácter sexual, introdução de objetos ou dedos nas partes genitais, masturbação exagerada, condutas sedutoras, conhecimentos sexuais pouco próprios para a faixa etária e solicitação de estímulos sexuais a pessoas adultas ou outras crianças). Neste sentido, é de mencionar que Roopesh (2016 in Duque, Miralto, Barros & Leite, 2010) menciona também o fraco aproveitamento escolar e perturbações de sono.

No que concerne às consequências sociais, esta experiência poderá fazer-se sentir da pior forma, deixando a vítima cada vez mais vulnerável, com dificuldades em manter relações interpessoais, até mesmo a nível familiar (Pereira, 2012). Na mesma linha de ideias, Silva (2000, in Florentino, 2015) sublinha o facto de as memórias do trauma virem constantemente à consciência e afetar a sua atividade diária, o que se traduz em dificuldades em manter relações emocionais ou um diálogo, trocando muitas vezes as palavras por gestos, falta de concentração, surgimento de alterações a nível psicológico e, por sua vez, crises de identidade pessoal.

Relacionando-se ainda com esta mesma questão, Reis (2009) diz que os jovens tendem a manifestar confusões na sua sexualidade, adotam comportamentos desviantes, podendo-se tornar abusadores, facilmente manifestam quadros depressivos e auto-mutilatórios, o que pode mesmo conduzir ao suicídio. Realça também que existem outros comportamentos que são suscetíveis de se manifestarem, sendo mais comum na adolescência do que na infância, de que são exemplos o isolamento e a vulnerabilidade face às pessoas mais velhas.

Hoje em dia são cada vez mais as notícias e os estudos sobre os abusos sexuais, em todas as faixas etárias e em ambos os sexos. No entanto, muitos e muitos casos permanecem silenciados...

Helander (2008) realizou um estudo em 82 países, demonstrando a gravidade dos números oficiais de casos de abusos sexuais a menores e das estatísticas globais, uma vez que se estimam 2250 milhões de crianças (33%) abusadas, havendo uma maior predominância nas crianças de sexo feminino. O autor define como abuso sexual todo e qualquer envolvimento de uma criança em actividades sexuais em que ele ou ela não compreenda na totalidade ou em que, face às quais, não seja capaz de dar um consentimento informado ou não esteja preparada em termos desenvolvimentais para essa actividade, não a podendo consentir, ou que viole as leis e tabus da sociedade.

Outros autores especificam o conceito de abuso sexual como qualquer contacto ou interacção, heterossexual ou homossexual, entre uma criança/adolescente e alguém com um estágio de desenvolvimento psicosssexual mais avançado, no qual a criança/adolescente é usado para estimular sexualmente o abusador, seja com toques, carícias, sexo oral, relações com penetração (digital, genital ou anal), ou até mesmo as situações nas quais não há contacto físico, assédio e exibicionismo. Os abusadores sexuais podem levar a criança/adolescente a estas interacções sexuais por imposição através da violência física, ameaças ou indução da sua vontade (Azevedo e Guerra, 1989; Thomas, Eckenrode e Garbarino, 1997, cit. por Habigzang et al., 2005).

O abuso sexual também pode ser definido e diferenciado em categorias dependendo do contexto em que ocorre: dentro ou fora do ambiente familiar. Quando

ocorre dentro de casa, o abuso é denominado de intrafamiliar ou incestuoso, pois, as crianças/adolescentes são abusadas por pessoas que lhes são próximas e que, muitas vezes, desempenham um papel de cuidador para com elas (Braun, 2002; Cohen & Mannarino, 2000 a; Habigzang e Caminha, 2004; Koller e De Antoni, 2004, cit. por Habigzang et al., 2005).

Assim, mesmo que não existam laços de consanguinidade entre a criança e o adulto responsável, estas relações são consideradas incestuosas (Azevedo, Guerra, e Vaiciunas, 1997; Cohen e Mannarino, 2000a; Thomas e cols., 1997, cit. por Habigzang et al., 2005), envolvendo, por exemplo, madrastas, padrastos, tutores, meio-irmãos, avós, tios(as) ou até namorados(as) ou companheiros(as) do pai ou mãe. A maioria dos abusos sexuais são deste tipo cometidos por pessoas directamente ligadas às vítimas, sobre as quais exercem alguma forma de poder ou de dependência. No entanto, é também este tipo de abuso sexual o mais difícil de se suspeitar e o mais difícil de se confirmar (Pfeiffer & Salvagni, 2005).

Uma vez que a familiaridade entre a criança e o abusador implica fortes laços afectivos, sejam positivos ou negativos, as consequências dos abusos sexuais incestuosos são mais nefastas a nível cognitivo-comportamental, quer para a criança quer para a sua família, determinando uma lesão muito mais grave a nível psicológico do que se a agressão fosse causada por estranhos (Pfeiffer e Salvagni, 2005). Estas consequências também serão mais graves quanto mais velha for a criança, sendo que o impacto é ainda maior quando a criança já é adolescente (Rodrigues et al., 2006).

Qualquer que seja o abuso sexual, ele trará consequências negativas para o desenvolvimento cognitivo, afectivo e social da vítima e da sua família (Gonçalves & Ferreira, 2002; Habigzang e Caminha, 2004; Osofsky, 1995, cit. por Habigzang et al., 2005), quer a curto, quer a longo prazo. As consequências para as vítimas podem variar dependendo das suas características pessoais, do apoio social e afectivo que recebem por pessoas significativas e pelos órgãos de protecção e até mesmo das próprias características do abuso sexual.

Por isto mesmo, “o gradiente das consequências no desenvolvimento cognitivo, emocional e comportamental pode variar desde efeitos menores até transtornos psicopatológicos de alta gravidade” (Habigzang et al., 2008, p. 286). Quando falamos

dos factores intrínsecos à criança, falamos de vulnerabilidade e resiliência (temperamento, resposta ao nível do desenvolvimento neuropsicológico); quando falamos de factores extrínsecos à criança, falamos da existência de factores de risco e de protecção (recursos sociais, funcionamento familiar, recursos emocionais dos cuidadores e recursos financeiros, incluindo acesso ao tratamento), sendo que quando criança não dispõe de uma rede social e afectiva, algumas consequências são exacerbadas (Brito e Koller, 1999; Saywitz e cols., 2000, cit. por Habigzang et al., 2005).

Em suma, os factores que influenciam o impacto do abuso sexual são: saúde emocional prévia, crianças com saúde emocional positiva antes do abuso tendem a sofrer menos efeitos negativos; tipo de actividade sexual, alguns dados sugerem que formas de abuso mais intrusivas, como a penetração, resultam em mais consequências negativas; duração e frequência dos episódios abusivos; reacção dos outros, a resposta negativa da família ou dos pares à descoberta do abuso acentuam efeitos negativos (família, amigos e juízes atribuindo a responsabilidade à criança); dissolução da família depois da revelação; criança responsabilizando-se pela interacção sexual; e, quando a vítima recebe recompensa pelo abuso e o perpetrador nega que o abuso aconteceu (Amazarray e Koller, 1998; Deblinger e Heflin, 1992/1995; Gabel, 1997; Mattos, 2002; Rouyer, 1997, cit. por Habigzang et al., 2005, p. 342).

O momento e a forma de revelação do abuso sexual também podem fazer a diferença. Segundo Nagel, Putnan, Noll, e Trickett (1997, cit. por Fávero, 2003) a revelação pode ser intencional, accidental ou a partir de um evento causador, sendo que, quando a criança não tem responsabilidade na revelação da sua experiência de abuso sexual, tem tendência a apresentar reacções mais favoráveis e menos graves; ao contrário da criança que toma iniciativa na revelação, que experiencia maiores níveis de ansiedade e o sentimento de falta de capacidade de superar a situação, mesmo que a reacção do meio seja positiva.

Quanto à reacção do meio, Kilpatrick (1992, cit. por Fávero, 2003) diz-nos que existem quatro factores, relacionados entre si, que podem agravar as consequências do abuso sexual: o segredo imposto à criança, os efeitos da revelação, o clima da resposta ambiental e a ênfase na condenação do agressor. Por parte da criança, o

segredo é mantido devido à culpabilização, medo das consequências, medo que não acreditem nela e porque a dissociação da realidade que faz para se defender psicologicamente não lhe permite perceber a realidade como realidade e nomear a experiência de abuso como abuso (Fávero, 2003).

Segundo Furniss et al (2005,p.89) o “Síndrome de Segredo” faz parte da dinâmica intrafamiliar complexa que desencadeia e mantém o abuso sexual incestuoso, a par com o “Síndrome de adição”. Ambos estão directamente relacionados com a psicopatologia do agressor (pedofilia) que, pela hipótese de gerar uma intensa repulsa social, tende a proteger-se numa teia de segredo, mantido à custa de ameaças e negociações/manipulações com a criança abusada, ao mesmo tempo que, por ser um comportamento compulsivo, na presença do estímulo (a criança), o abusador não se controla e usa-la para obter excitação sexual e alívio de tensão, gerando dependência psicológica e negação da dependência.

Frequentemente, existe um pacto familiar de silêncio (Pfeiffer & Salvagni, 2005) que mantém o abuso sexual e, quando surge uma denúncia, surge também uma ruptura em todo o equilíbrio familiar a que as pessoas se impõem. Este pacto de silêncio tem lugar porque, muitas vezes e principalmente nas famílias patriarcais, a mãe ocupa o papel de *silent partner*, participando caladamente no quadro geral de violência. Isto acontece, consciente ou inconscientemente, porque elas têm um forte complexo feminino de inferioridade e porque tentam, a todo o custo, manter a estabilidade e a segurança da família.

Rodrigues et al. (2006,p.45) acrescenta que, se os pais fornecerem à criança o apoio de que ela necessita, algumas das consequências observadas, como a ansiedade visível nos problemas para dormir e no medo do agressor, tendem a diminuir com o passar do tempo. Mas, se não houver nenhuma intervenção terapêutica, outras consequências podem intensificar-se, como as preocupações relacionadas com a sexualidade.

Em qualquer dos casos, é de salientar que a denúncia, mesmo trazendo exposição da família envolvida, consequências na estrutura familiar, modificações emocionais, e (não raras as vezes) sentimentos de humilhação e medo entre as pessoas envolvidas, é a única solução para que os episódios de abuso sexual não

continuem a ocorrer ou para que não se tornem mais frequentes e para que a vítima não permaneça exposta aos efeitos da vitimização e ao agravamento dos seus sintomas.

Salvagani, (2005,p.78). O tipo de actividade sexual demonstra-se também um factor importante para o agravamento das consequências, principalmente quando o abusador tenta provocar uma resposta sexual na criança (sendo mais grave do que simplesmente utilizá-la para se masturbar), quando o acto sexual é mais intrusivo, implicando contacto físico e quando os contactos são genitais ocasionando sintomas físicos como hematomas, hemorragias, inflamação e infecção nas regiões oral, genital e rectal, dores ao urinar ou urinar, enurese, encoprese, vômitos e dores de cabeça sem explicação médica, doenças sexualmente transmissíveis, gravidez, doenças psicossomáticas e desconforto em relação ao corpo, que devem chamar a atenção de pais, professores, médicos e outros profissionais de saúde.

Alguns indicadores demonstram também que o abuso é mais grave se o agressor for do mesmo sexo que a vítima, sendo que os rapazes apresentam mais problemas como homofobia e confusões de orientação do desejo sexual (Fávero, 2003).

Quando a vítima é abusada por mais do que um agressor, as consequências e a recuperação psicológica também se agravam, uma vez que a culpabilização é maior e o tempo que levam a denunciar a situação é mais longo, devido à vergonha que sentem. A curto prazo (até ao segundo ano após a situação de abuso), a criança irá sentir e experienciar dificuldades no campo das relações sexuais, culpabilização, pensamentos suicidas, medo, auto-condenação, vergonha, dificuldades escolares pela linguagem e aprendizagem, perda de interesse pelos estudos e brincadeiras, dificuldades de se ajustar e de adaptação interpessoal pelo isolamento social, distúrbios de conduta e baixa auto-estima

Segundo Habingzang et al. (2008,p.78), ao nível das consequências cognitivas, a criança vai sofrer uma diminuição da concentração e atenção, dissociação, refúgio na fantasia, baixo rendimento escolar e crenças distorcidas que se revelam pela percepção de culpa pelo abuso, diferença em relação aos seus pares, desconfiança e percepção de inferioridade e inadequação.

As alterações emocionais vão-se manifestar pelos sentimentos de medo, vergonha, culpa, ansiedade, tristeza, raiva e irritabilidade. E, ao nível das consequências comportamentais destacam-se a conduta hipersexualizada, abuso de substâncias, fugas do lar, furtos, isolamento social, agressividade, mudanças nos padrões do sono e da alimentação, comportamentos autodestrutivos, tais como automutilação e tentativas de suicídio.

Perante o agressor e/ou os familiares, há um turbilhão de sentimentos confusos, pois, quando o agressor é o pai, a criança continua a sentir que gosta dele (porque é o seu pai) e que o meio não a protegeu – logo, sente-se merecedora da agressão. Deste modo, os sentimentos de raiva e de ódio são depositados no progenitor não abusador, que não a protegeu, sendo que, quando o abusador não pertence à família, a culpa é depositada em ambos os pais (Fávero et-al, 2003).

Dependendo da idade da criança abusada, os comportamentos são diferentes, mantendo-se sempre, no entanto, os sentimentos de insegurança pelo medo que o abuso se repita, temendo os outros e as situações. Assim, o estabelecimento de relações com homens (que se apresentam a maioria dos abusadores) é recusado pelas crianças, “possivelmente devido ao medo da intimidade e ao receio de reviver experiências traumáticas com o agressor, uma vez que a intimidade sugere envolvimento sexual”, o que dificulta a adaptação interpessoal.

Fávero, (2003,p.63), As crianças mais pequenas manifestam-se agressivas contra os colegas e agressivas sexualmente sendo que as atitudes que demonstram um conhecimento sobre sexo e um comportamento sexual inadequado são mais comuns em crianças pequenas vítimas de abuso sexual. Por sua vez, as crianças mais crescidas adoptam comportamentos delinquentes, passando pela expressão da agressividade, roubos, consumo de drogas, etc

Aded et al. (2006,p.23), Neste campo, a influência da família e a sua desestruturação tornam-se preditores fundamentais da criminalidade, do abuso de substâncias e das perturbações da saúde mental e está provado que os jovens delinquentes que são mantidos frequentemente em instituições penais provêm de famílias caracterizadas pelo abuso sexual, negligência e outras experiências traumatizantes pois, “o abuso sexual na infância é considerado um factor de risco

independente para um comportamento delinquente e com maior prevalência entre os abusadores sexuais reincidentes. Mais precisamente, num estudo de crianças abusadas e/ou negligenciadas seguidas desde a infância até aos 33 anos, demonstra que 55 % foram presos enquanto jovens, sendo 96% das detenções por crimes violentos.

Pfeiffer & Salvagni, (2005, p. 198), Perpetua-se, então, o processo de identificação com o agressor, como uma forma psíquica de sobreviver ao abuso – a vítima iguala-se ao seu agressor e converte-se em abusadora, transitando da passividade da sua experiência para a actividade, aplicando no mundo externo a agressão que lhe foi feita (desforra/vingança). De outra forma, poderá apresentar a possibilidade de estabelecer uma relação abusiva consigo mesmo, como acontece nos casos de revitimização” adoptando comportamentos muito sexualizados, que fazem com que corram um maior risco de se tornarem de novo vítimas. No caso dos adolescentes, é muito frequente o abandono do lar como estratégia para se tentarem ver livres da situação de abuso sexual.

No entanto, como a culpa os persegue, a vitimização continua. Independentemente da actuação familiar, o abuso sexual na infância é um factor de risco para a vitimização na idade adulta. Um estudo realizado nos Estados Unidos, com prostitutas que actuavam em Miami ($n=325$) demonstrou que 50,5% das mulheres entrevistadas tinham sido vítimas de abuso sexual em crianças. Um total de 51,7% dessas mesmas mulheres referiu ter sofrido violência (espancamento, estupro, ameaça com armas) por parte dos seus clientes no ano em que iniciaram o trabalho nas ruas (Surrat et al. 2006).

Sabe-se que as crianças vítimas de abuso sexual sofrem efeitos psicológicos que poderão ser devastadores e que, enquanto adultos, os problemas decorrentes do abuso persistem nas suas vidas. As variáveis envolvidas no impacto do abuso sexual na criança são muitas e complexas, mas é certo que esta experiência é considerada um importante factor de risco para o desenvolvimento de psicopatologias

Saywitz et al., (2006,p.36), sendo que os quadros de depressão, perturbações de ansiedade, perturbações alimentares, dissociação, hiperactividade e déficit de

atenção, perturbação de personalidade borderline e perturbação de stress pós-traumático, são consequências que se podem observar a longo prazo.

Habigzang et al.(2008,p.36), A psicopatologia mais citada como consequência do abuso sexual é a perturbação do stress pós- traumático, pois, estima-se que os seus sintomas ocorram em mais de metade das crianças vítimas de abuso entre os quais: “experiência contínua do evento traumático, ou seja, lembranças intrusivas, sonhos traumáticos, comportamento de reconstituição, angústia nas lembranças traumáticas; evitamento e entorpecimento de pensamentos e lembranças do trauma, amnésia psicogénica, desligamento; e excitação aumentada, verificada por meio de transtorno do sono, irritabilidade, raiva, dificuldade de concentração, hipervigilância, resposta exagerada de sobressalto e resposta autónoma a lembranças traumáticas

Assim como a ansiedade na infância, a tristeza pode também levar à depressão no adulto e ambas têm sido relacionadas com o abuso sexual. Desta forma, a depressão é outra das patologias que pode surgir a longo prazo, principalmente quando a criança é exposta a um acumular de riscos estruturais e sociais faltando-lhe apoio. São característicos os sentimentos de culpa e a baixa auto-estima, visto que os factos negativos têm um *locus* interno aconteceu por minha culpa, se eu não fosse/me comportasse assim nada disto teria acontecido enquanto que os factores positivos têm um *locus* externo (“aconteceu por azar, porque facilitaram a ocorrência de determinada situação.

Rodrigues et al., (2006,p.56) Para evitar as memórias e os afectos associados ao abuso sexual, as vítimas adoptam comportamentos e perturbações como: dissociação despersonalização, falta de realização e de compromisso, paralisação emocional; fobias; ideação paranóide; perturbação obsessivocompulsiva; conversões especialmente em pacientes com história de abuso sexual de longa duração em relações incestuosas observaram que 15% das raparigas que são alvo de assédio, por parte dos colegas de escola, têm mais comportamentos suicidas considerando que meninos que sofram abuso sexual poderão apresentar maior risco de comportamentos autodestrutivos e tentativas de suicídio, mesmo em ausência de depressão ou sentimentos de desesperança, ao contrário das meninas; e consumo de drogas, tudo para eliminar as recordações associadas ao abuso.

Denota-se também que as vítimas de abuso sexual se tornam adultos solitários, sendo o grupo de amigos reduzido e as relações sociais pobres por terem dificuldades em iniciar e manter relações, principalmente íntimas, devido à permanente desconfiança e medo em que vivem. Também dos seus pais se demonstram distantes a nível relacional muito provavelmente devido ao sentimento de falta de protecção. A sexualidade é afectada, uma vez que têm medo de se envolver com um indivíduo do sexo oposto e medo do acto sexual, não se sentindo à vontade diante do outro.

Aded et al., (2006, p. 207).As ideias sobre a sexualidade são, muitas vezes, equivocadas, confundindo amor e sexo, havendo um aumento da actividade sexual ao mesmo tempo que se sentem sexualmente insatisfeitas com o companheiro(a) sendo que “a exploração sexual na infância pode levar a vítima a desenvolver uma visão sexualmente degradada de si mesma.

Pines (2003,p.36), Conscientes das suas fracas capacidades na criação de laços afectivos tornam-se, novamente, vítimas de abuso – como é o caso de 60% das prostitutas entrevistadas no estudo de que foram vítimas de abuso sexual antes dos 16 anos, revelando-se 10% também agredidas por desconhecidos, e o caso da maior parte das vítimas se envolver em relacionamentos insatisfatórios, dolorosos e nocivos, inclusive com parceiros que as exploram ou, tornam-se elas próprias abusadoras, a par da dificuldade no relacionamento que têm com os seus próprios filhos das consequências psicológicas que perduraram.

Porém, o abuso sexual não se limita aos danos psicológicos, verificando-se também consequências físicas a longo prazo, uma vez que o impacto do stress em excesso pode deixar marcas irreparáveis na estrutura e na função do hipocampo e do hemisfério esquerdo verificando-se uma atrofia de várias partes do cérebro (Helander, 2008,p.78).

Em suma, considera-se que nem todas as crianças reagem da mesma maneira nem apresentam os mesmos sintomas face ao abuso. Contudo, devido ao cenário negro em que pode culminar uma história de abuso sexual infantil (o que tantas vezes acontece), considero que a relevância dada ao assunto em Portugal devia ser maior, apostando tanto em estudos, como na prevenção primária e na intervenção, uma vez que se verifica que os órgãos sociais podem ser um factor de protecção nas consequências vividas pela criança, quer actuando perante as situações consumadas

de abuso (interrompendo-as, de forma a que as consequências não se agravem), quer sensibilizando a sociedade, que é também família, para este problema (evitando-o).

Devido ao silêncio em que ficam impregnadas as vítimas, os educadores, professores, médicos pediatras e outros profissionais, tanto de saúde como da justiça, deveriam ser alertados para o problema dos abusos sexuais e terem formação para actuarem de forma eficaz, apostando no trabalho e na comunicação interdisciplinar que muitas vezes falha. Sublinha-se, ainda, a importância da sensibilidade por parte de todos os profissionais, no sentido de não agravarem a situação, conseguindo ser de facto um factor de protecção e não de agravamento das consequências.

Por seu turno, um acompanhamento psicológico ou mesmo uma psicoterapia poderão ajudar as vítimas e os seus familiares a desconstruírem todos os sentimentos, emoções e pensamentos que, certamente, continuam emaranhados, contribuindo para a diminuição dos efeitos do abuso sexual a curto e a longo prazo.

1.7.Como o abuso sexual afecta o desenvolvimento da criança.

Borges (2008,p.56) O abuso sexual infantil são problemas que envolvem vários fatores e que afetam o desenvolvimento infantil, o abuso sexual infantil é considerado um evento traumático e pode ser um fator de risco. Com isso, pode-se destacar que o abuso sexual pode causar danos prejudiciais para as vítimas. No que tange ao desenvolvimento infantil, para que um indivíduo se desenvolva em todos os seus aspectos de forma gradativa e similar, é preciso que sua saúde esteja em estado de equilíbrio.

Assim, a Organização Mundial da Saúde – OMS (2016) afirma que: “Saúde é um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a mera ausência de doença ou enfermidade”. Descrevem que crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual sofrem efeitos mais traumáticos do que adultos, pois a suas funções afetivas e cognitivas do sistema nervoso central ainda não amadureceram totalmente. Com isso, a forma como o abuso sexual afeta uma criança será prejudicial ao seu desenvolvimento. É importante destacar que, não há como generalizar os efeitos e as consequências de abuso sexual para todas as vítimas, pois de acordo com a gravidade e a quantidade das consequências dependem da singularidade da experiência de cada vítima. Entretanto, por mais que uma vítima não apresente

sintomas, não significa que não esteja sendo afetada, e que sua saúde não esteja comprometida.

O abuso sexual, sendo ele de caráter incestuoso ou não, deixa a criança numa sensação de total desamparo. O adulto que deveria ser sinônimo de proteção se torna fonte de perturbação e ameaça. Ela não tem com quem contar, não pode comentar o fato e ainda é mobilizada, pela complexidade da relação, a sentir-se culpada. O silêncio, portanto, pode estar associado ao sentimento de culpa, às ameaças feitas, ao vínculo estabelecido na relação, principalmente por parte da criança (Romaro, 2007, p. 180).

Piva et al. (2013, p.3). Em relação ao sentimento de culpa formado por uma vítima de abuso sexual, descreve: “a criança está em processo de formação e desenvolvimento e não tem ainda a maturidade emocional e intelectual para ser responsabilizada por seus atos”. Portanto crianças abusadas que sofrem negligência físicas e emocionais, acabam por gerar em si esse sentimento de culpa, o que desencadeia outros problemas que afetam o seu desenvolvimento.

Habigzang, et al. (2008p.339) descrevem que:

Além de transtornos psicopatológicos, crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual podem apresentar alterações comportamentais, cognitivas e emocionais. Entre as alterações comportamentais destacam-se: conduta hiper sexualizada, abuso de substâncias, fugas do lar, furtos, isolamento social, agressividade, mudanças nos padrões de sono e alimentação, comportamentos autodestrutivos, tais como se machucar e tentativas de suicídio. As alterações cognitivas incluem: baixa concentração e atenção, dissociação, refúgio na fantasia, baixo rendimento escolar e crenças distorcidas, tais como percepção de que é culpada pelo abuso, diferença em relação aos pares, desconfiança e percepção de inferioridade e inadequação

Os efeitos do abuso sexual podem ter outros desdobramentos, refletindo sobre escolhas e comportamentos que perduram por anos. relatam que alguns desses transtornos se traduzem em consequências de longo prazo como: uso inadequado de álcool e outras drogas, disfunções sexuais, disfunções menstruais, imagem corporal pobre, sexualização ou abuso de filhos, baixa autoestima e culpa, sentimentos de vergonha e traição, distúrbios psiquiátricos.

Mas os autores também listam sequelas que se dão a curto prazo: como masturbação compulsiva, distúrbios do sono, aprendizagem, alimentação e conduta isolada, banhos frequentes, sintomas psicóticos, quadros de ansiedade, transtornos obsessivo-compulsivos, depressão, expressões repetidas através de gestos; sentimento de rejeição, confusão, humilhação, vergonha e medo.

Neste sentido é imprescindível o que Segundo Piva et al. (2020, p.3) considera sobre o acompanhamento diante desta situação:

Os tratamentos psicológicos para as crianças que sofreram abusos sexuais são essenciais, pois elas terão a oportunidade de passar por terapias, onde estas ajudarão no desenvolvimento emocional e psicológico, desta forma, podendo ter uma adolescência mais saudável, e chegando a sua vida adulta com menor índice de cometer atos como: Exclusão social, medo, baixa confiança, dificuldades de relacionamentos sexuais e amorosos.

Zulani (2020,p.58) Para que essas crianças tenham acesso a tratamentos e proteção contra o abuso sexual, é necessário que os casos sejam identificados. Consideram que, muitas vezes, a escola é o primeiro local onde as crianças apresentam sintomas de que possivelmente estejam sofrendo abusos sexuais, pois podem manifestar comportamentos que começam a interferir na aprendizagem. No entanto, estes às vezes passam despercebidos pelos profissionais da educação enquanto deveria causar estranhamento, a ponto de despertar o interesse com relação ao que pode estar acontecendo. Assim, em relação ao contexto escolar, considera-se que este ambiente seja um local de possível identificação de abusos sexuais, pois em sala de aula, tais crianças podem apresentar alguns sinais dos que foram aqui citados.

1.8. O professor e as questões de abuso sexual

De acordo com Santos (2011,p.63) as questões sobre a sexualidade, faz parte desde o nascimento de um sujeito e é importante para a sua formação. A sexualidade por ser bastante presente no cotidiano das crianças e naturalmente está presente na sala de aula. A curiosidade desperta o desejo da criança em compreender sobre o seu próprio corpo, elas criam hipóteses e buscam respostas com um adulto, com os pais ou até mesmo com outras crianças. Assim, é necessário que a criança entenda sobre o seu próprio corpo, e esse conhecimento pode ser abordado pelos professores.

De acordo com Pinto (1996,p.46): As manifestações da sexualidade infantil mais frequentes acontecem na realização de carícias no próprio corpo, na curiosidade sobre o corpo do outro, nas brincadeiras com colegas, nas piadas e músicas jocosas que se referem ao sexo, nas perguntas ou ainda na imitação de gestos e atitudes típicos da manifestação da sexualidade adulta.

Essas manifestações também acontecem no âmbito escolar e é necessário que a escola se posicione clara e conscientemente sobre referências e limites com os quais irá trabalhar as expressões da sexualidade dos alunos. Se é adequado ao espaço da escola o esclarecimento de dúvidas e curiosidades sobre este tema, é importante que contribua para que a criança aprenda a distinguir as expressões que fazem parte da sua intimidade e privacidade daquelas que são pertinentes ao convívio social. (Pinto, 1996, p. 16)

Estabelecendo relação com as questões de abuso sexual, Zuliani et al. (2017) consideram que o despreparo e o não saber falar sobre questões relacionadas à sexualidade na escola, faz com que os professores, muitas vezes, reduzam a sexualidade ao sexo e paralisem diante de situações de abuso sexual. Destacamos então, que o primeiro passo é entender e compreender sexo e sexualidade como distintos e uma formação específica para tratar da sexualidade com crianças na escola, pode contribuir positivamente para que se estabeleça uma relação de confiança com o estudante.

Para a realização desta pesquisa foi feita uma investigação em campo por meio da aplicação de um questionário estruturado com sete perguntas, entre elas, perguntas abertas e outras fechadas, respondidas por dez professores de escolas públicas e privadas. Vale ressaltar que a identidade de nenhum dos participantes será revelada de acordo com as normas da ética em pesquisa, e para efeito de descrição dos resultados, foram organizados dois grupos, um denominado grupo “A” para identificação dos professores da Educação Infantil, cinco no total e “B” para professores do Ensino Fundamental I, também cinco no total.

A primeira questão, contemplou o tempo de experiência na área da educação. A média de tempo foi entre oito e vinte anos de prática profissional em sala de aula. Já a segunda pergunta feita aos participantes foi se em algum momento da sua formação profissional ou durante sua atuação na área da educação, elas tiveram

algum contato com o tema do abuso sexual (curso, assessoramento ou orientação). Do grupo A, quatro professoras responderam que não, e apenas uma disse que o tema foi abordado em algumas disciplinas da sua formação inicial em Pedagogia, como

“Psicologia da Educação”, e palestras de convidados na faculdade, porém, durante sua atuação durante nove anos não houve abordagem do tema na escola em que trabalha. No grupo B, dois participantes também afirmam que não tiveram contato com o tema e três responderam que sim, destacando que entre elas duas tiveram contato na formação acadêmica e apenas uma delas destacou que foi através de cursos e palestras do centro de formação de professores do município, além de trabalhos pedagógicos da escola onde trabalha e a iniciativa de estudar sobre o assunto. Partindo dessa informação, reforçamos a importância de os docentes terem compreensão sobre os temas.

A postura a ser adotada pelos professores, dentro das escolas, em face das manifestações de sintomas de abuso e sexual dos alunos é fundamental, mas pelas respostas, é possível perceber que nem todos estão preparados e pode ser que até mesmo nem estejam dispostos a isto.

A escuta é o primeiro passo para ajudar aqueles que manifestam a necessidade de apoio. O educador pode e deve ser um grande aliado dessas crianças e adolescentes; por isso, faz-se importante que conheça as dimensões do fenômeno e saiba como enfrentá-lo. (Santos, 2011, p.15)

Sendo assim, é importante os professores assumirem uma postura para prevenção e acolhimento às possíveis vítimas, mas para isso devem ter conhecimento sobre tal assunto. Vagliati e Gagliotto (2014) acreditam que a sensibilização e o conhecimento científico de uma formação continuada podem contribuir para que os professores estejam atentos e possam identificar inclusive sinais de abuso que ficam implícitos e não deixam marcas, além de aperfeiçoar suas habilidades de escuta e capacidade de abordar essa temática.

Na terceira questão foi perguntado aos participantes se na opinião deles, podem auxiliar seus alunos a se defenderem de situações de abuso sexual. Foi possível perceber que os componentes dos dois grupos estão de acordo afirmando que sim, podem ajudar seus alunos neste sentido. Uma professora do grupo B considera:

“Posso auxiliar meus alunos desde muito cedo. Principalmente se esse ensinamento já foi previamente passado em casa.

Um exemplo muito claro é na educação infantil, ao ensinarmos a higiene correta, a forma em que nos sentamos na hora das brincadeiras, o relacionamento com o próximo e por acompanharmos os alunos ao banheiro diariamente, ensinamos e reforçamos diversas atitudes a todo momento em sala de aula.” Percebe-se que a professora não deixa exatamente claro como pode auxiliar, mas existe nela uma certa disposição e atitude alerta. Por outro lado, percebemos que os professores não tiveram muita clareza ao tentarem justificar suas respostas.

Em relação à dificuldade por parte dos professores para falar sobre tais assuntos relatam que pela falta de compreensão e saber científico desta temática, há pouca disseminação e prevenção dentro de espaços escolares, gerando assim, atitudes inadequadas por parte dos profissionais, ignorando questões relacionadas à sexualidade humana que ainda são tratadas como tabu e dificilmente discutidas na infância, e conseqüentemente o assunto do abuso sexual também se torna um tabu.

Santos, et al.(2011,p.23) A quarta pergunta feita aos participantes foi sobre estarem ou não preparadas para identificar e denunciar casos de abuso sexual que estejam acontecendo com seus alunos. No grupo A, todas consideraram que sim e o grupo B apenas uma disse que não. Considera que professores podem contribuir para interromper um ciclo de abuso sexual e que com o apoio educacional, a criança tem grandes chances de superar uma experiência negativa da infância e ter uma vida adulta prazerosa e saudável nesta área.

Porém, isto só ocorre quando os professores são capazes de dialogar com seus alunos sobre o assunto, podendo ajudar as crianças a assumirem uma postura para prevenção com postura de defesa diante de situações de risco, bem como promover acolhimento das possíveis vítimas. Sendo assim, é necessário entender sobre o tema e ver a criança como um sujeito que precisa de instruções para o cuidado com seu próprio corpo e segurança pessoal.

1.9. Conscientização e prevenção ao abuso sexual nas instituições de ensino

Esse ponto, também é resultado da pesquisa de campo feita com os professores a qual teve como objetivo refletir sobre como os envolvidos no contexto

escolar devem lidar e abordar as questões relativas ao abuso sexual de crianças e adolescentes que a frequentam.

Quando desenvolvida em ambiente saudável, a sexualidade, tanto como direito quanto como conhecimento, é uma aliada formidável para a prevenção do abuso e da exploração sexual. Por isso, faz-se necessário considerá-la como um aspecto relevante do desenvolvimento humano em geral, e de crianças e adolescentes em particular, e não como um tabu. A escola tem papel fundamental nesse processo de esclarecimento, devendo, os educadores, estarem atentos se prontificando a ouvir as necessidades de crianças e adolescentes nessa complexa etapa de seu desenvolvimento. (Santos, 2011, p.18)

Portanto, as crianças para entenderem sobre a sexualidade se faz necessário para sua formação como sujeito da sociedade, contribuindo para com o crescimento cognitivo, emocional, relacional e sexual em direção a um empoderamento no enfrentamento de situações de abuso sexual, o que pode e deve ser organizado dentro da realidade de cada instituição de ensino.

Revelam também a necessidade de passarem as desconfianças e preocupações a essa profissional para que possa observar comportamentos repassando à coordenação afim de buscar respostas por parte da família e ajudar o aluno/a. Uma das participantes acredita que o professor continua sendo o maior observador e é a via direta, pois está ali todos os dias com a criança.

Vagliati e Gagliotto (2014) destacam que:

A escola deve e pode ser uma parceira de peso dentre todas as pessoas comprometidas com a luta contra a violência sexual, no sentido de ajudar a romper o pacto de silêncio que cerca essa violência. Seu papel se constitui na prevenção do problema ajudando as crianças e suas famílias a lidarem de forma consciente com a sexualidade, como também na identificação, auxiliando, no caso de detectar essa agressão, a encaminharem ao atendimento adequado para que voltem a ter uma vida mais saudável e feliz. (Vagliati; 2014, p. 09)

Na verdade, a ideia é a de que o sucesso em ações de suporte a crianças que se encontram em situação de risco por conta de abuso sexual, só é possível em um trabalho conjunto, com acolhimento, encaminhamento e intervenções de profissionais comprometidos com a questão.

A última pergunta da entrevista foi sobre a importância e a necessidade de discutir este assunto em sala de aula no Ensino Primário. Ambos os grupos concordaram sobre a importância e a necessidade disto e a resposta de uma professora do grupo A nos chama a atenção quando afirma: “[...] devem ser utilizados os meios e linguagens corretas e apropriadas para isso. Porque, por se tratar de um tema delicado, muitas famílias não conversam sobre, e acabam não ensinando as crianças formas de se protegerem de possíveis abusos. E a escola é um espaço de ensino de regras e valores que tem como objetivo proteger as crianças inclusive em relação a assuntos delicados.” Podemos perceber que a professora afirma sobre meio e linguagens corretas, mas não deixa explícito quais seriam estas ações.

Neste sentido, Santos (2011) descreve, aos educadores, cabe acolher as manifestações da sexualidade infantil e sua curiosidade sexual, suprimindo as lacunas de informação, muitas vezes decorrentes da falta de orientação e de diálogo na família. Esse trabalho se dá em todos os momentos e espaços de convívio do adulto com a criança, não apenas em horários e locais predeterminados.

O educador precisa estar sensibilizado e capacitado para observar a criança, perceber suas manifestações de sexualidade e responder às questões formuladas usando linguagem simples, adequada a cada faixa etária, considerando as singularidades, respeitando os limites e as possibilidades de compreensão de cada um. Cada educador deve usar sua capacidade criativa e afetiva para encontrar uma forma de se aproximar dos estudantes. (SANTOS, 2011, p.55)

Portanto, os campos de atuação envolvem inicialmente ações mais próximas, partindo da relação direta do professor com o aluno, e depois segue para o âmbito da escola como um todo e na sequência, parcerias com outras frentes. Ficou claro nos depoimentos que os professores acreditam que necessariamente estas devem ser conjuntas.

Dessa forma, a escola precisa buscar estratégias apropriadas para trabalhar tais assuntos por meio de ações educativas. Em sala de aula, na educação infantil os professores podem trabalhar com canções e histórias que tenham relação com o tema, sobre o se proteger contra o abuso, já no ensino fundamental o professor pode aprofundar e trabalhar sobre questões relacionada a sexualidade da criança.

É possível encontrar literatura apropriada como por exemplo, o livro “A menina das cores” de Rita Cândido (2021), o qual aborda questões sobre como a criança pode proteger o seu corpo. Outra sugestão para trabalhar com crianças acima de cinco anos seria “De onde viemos” de Mayle e Robins (2014), o qual aborda sobre a sexualidade.

Para além da sala de aula, pensando em termos de parcerias, como foi citado anteriormente, a escola precisa de apoio para preparar e influenciar os profissionais com o intuito de identificar situações de risco em que as crianças se encontram com orientações fundamentais para prevenção contra o abuso sexual. Pela cultura e sociedade em que se insere, pelo que todos os contextos/sistemas estão interligados e são independentes. As relações que está estabelece em cada sistema são diferentes e têm distintos reflexos no desenvolvimento e na forma de ser. As interações das crianças e dos adultos, bem como as atividades escolares e sociais são importantes e devem ser tidas em conta na perspectiva do abuso, uma vez que, no estabelecimento das relações com os diferentes sistemas, poderão estar presentes fatores de risco para a ocorrência desta violência.

Em palavras de Cicchetti e Lynch (1993), todos os níveis do modelo biológico poderão ter fatores potenciadores ou protetores para o mau trato na infância. Na perspectiva destes autores, a violência contra as crianças acontece quando os fatores de risco ultrapassam os fatores de proteção, sendo possível, através do modelo ecológico, estudar, não só as causas e consequências, bem como os mecanismos de risco e de proteção para a existência de mau trato infantil.

De acordo com Manso (2006), há ainda outros modelos teóricos acerca do abuso sexual de menores. A perspectiva familiar concentra-se nos abusos cometidos pelos progenitores e encara o seio familiar como disfuncional. No entanto, não é a dinâmica familiar apontada como a causa principal. Acredita-se que o problema está nos progenitores, por regra, também eles vítimas de abusos ou por já terem praticado o crime contra crianças antes de serem pais. Por outro lado, a troca de papéis nas relações em que a criança é encarada pelo pai/mãe como companheiro/a sexual pode ajudar a explicar este fenómeno.

O modelo teórico de Finkelhor (1984 in Manso, 2006) procura perceber porque é que as crianças despertam interesse sexual a alguns adultos, chegando mesmo a

abusar sexualmente o menor. Este modelo concentra-se em quem perpetua a violência, referindo que, para que aconteça uma situação de abuso sexual, é necessário a presença de diversos fatores que atuam em simultâneo, nomeadamente a imaturidade por parte do abusador, que se vê a si mesmo como uma criança, com carências emocionais infantis, o que o faz sentir a necessidade de se relacionar com crianças. O facto de não conseguir manter relações afetivas e sexuais com pessoas adultas, poderá ativar, por um lado, o seu desejo sexual por menores, e, por outro lado, a presença de distúrbios emocionais ou perturbações mentais.

Uma outra perspectiva é o modelo de Faller (1993 in Manso, 2006), que distingue as condições favoráveis ao abuso sexual e os fatores que levam o abusador a sentir-se atraído por uma criança. Acerca das condições que possibilitam tal ocorrência, são mencionadas o sistema social, a educação específica para cada sexo, a relação de poder autoridade entre ambos e relações familiares disfuncionais. Existem outras variáveis associadas, nomeadamente os antecedentes de abusos sexuais por parte dos perpetradores, problemas a nível desenvolvimental, e uma autoestima baixa. A nível cultural, destaca-se a desvalorização da mulher face ao homem ao longo da história e, ao nível do ambiente envolvente, o desemprego, dificuldade em manter relações e a infância sem cuidados afetivos.

1.10. Abuso sexual como factores de risco ou perigo

De acordo com Poeiras e Calheiros (2019), até ao final do século XX, o Sistema de Proteção de Menores não fazia distinção entre risco e perigo. Apoiava-se na Lei de Proteção à Infância de 1911, na Organização Tutelar de Menores, e no DecretoLei nº. 189/91, que regulamentou a intervenção das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens em Risco. A especificação destes dois conceitos é determinante para a compreensão da atuação do Sistema de Proteção, uma vez que esta diferenciação implica formas diferentes de intervir. No que diz respeito ao conceito de perigo, este encontra-se plasmado no Artigo 3.º do ponto 2º, nomeadamente quando:

- 1) Está abandonada ou vive entregue a si própria;
- 2) Sofre maus tratos físicos ou psíquicos ou é vítima de abusos sexuais;
- 3) Não recebe os cuidados ou a afeição adequada à sua idade e situação pessoal;

- 4) Está aos cuidados de terceiros, durante período de tempo em que se observou o estabelecimento com estes de forte relação de vinculação e em simultâneo com o não exercício pelos pais das suas funções parentais;
- 5) É obrigada a atividades ou trabalhos excessivos ou inadequados à sua idade, dignidade e situação pessoal ou prejudiciais à sua formação ou desenvolvimento;
- 6) Está sujeita, de forma direta ou indireta, a comportamentos que afetem gravemente a sua segurança ou o seu equilíbrio emocional;
- 7) Assume comportamentos ou se entrega a atividades ou consumos que afetem gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento sem que os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto se lhes oponham de modo adequado a remover essa situação.
- 8) Tem nacionalidade estrangeira e está acolhida em instituição pública, cooperativa, social ou privada com acordo de cooperação com o Estado, sem autorização de residência em território nacional.

De acordo com Reis (2009,p.p.6). A negligência, ao passo que se considera em risco “a criança que, pelas suas características biológicas e/ou pelas características da sua família, está sujeita a elevadas probabilidades de vir a sofrer de omissões e privações, que comprometam a satisfação das suas necessidades básicas de natureza material ou afetiva.

Para a Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens, uma situação de risco pode-se traduzir numa situação que implique prejuízo para os direitos da criança, mas não potência uma situação de perigo. No entanto, se não forem minimizados os fatores de risco e não existirem fatores de proteção, poderá uma situação de risco conduzir a uma situação de perigo.

Paulino (2012,p.07) afirma que “o risco, sendo um conceito mais lato que perigo, diz respeito à vulnerabilidade da criança/jovem vir a sofrer de maus tratos, e o perigo, que adquire um sentido mais concreto, corresponde à objetivação do risco” (p.6), e é a separação entre risco e perigo que legitima “um tratamento e uma intervenção diferenciados, assim como, uma variedade de respostas sociais exigentes e adequadas a cada situação.

No caso do risco, circunscreve-se na tentativa de superar o mesmo através de estratégias, políticas e ações numa intervenção local integrada e multidisciplinar, junto das crianças e jovens em situações familiares, habitacionais, ambientais, educacionais, sociais e culturais vulneráveis que criem condições de precariedade e que possam vir a estar associadas posteriormente a situações de perigo (Paulino, 2012, p.6).

No caso de não conseguir proteção apropriada para a criança/jovem em risco, ou a situação necessite de uma medida de promoção e proteção, esta entidade deverá conduzir o caso para as Comissões de Proteção deverão fazer uma “intervenção multidisciplinar e interdisciplinar, atuar de forma adequada e suficiente e, aos Tribunais numa intervenção residual, através de medidas de promoção e proteção, assegurar a proteção e defesa destas crianças.

No que respeita às situações de perigo, em conformidade com o Artigo 4.º Deverá ser feita uma intervenção imediata, adequada, e apenas pelas entidades e instituições indispensáveis. Terá de ser focada não apenas na criança, mas também nos pais, a fim de assumirem os seus deveres, tendo em conta as relações afetivas com significado para a criança, visando garantir a sua continuidade. Qualquer medida tem de dar prioridade a uma integração numa família estável, seja biológica ou adotiva. A criança ou jovem e os pais devem estar informados acerca dos seus direitos, dos motivos que levaram à intervenção, tendo ainda a possibilidade de acompanhar o seu desenvolvimento. A criança ou jovem tem, por sua vez, o direito a ser ouvida, esteja, ou não, acompanhada.

1.11. Programas de prevenção: metodologias e boas práticas

A necessidade de se procurar estratégias preventivas do abuso sexual afigure-se essencial para prevenir este fenómeno, tendo em conta a sua prevalência, bem como as consequências que dele resultam para as vítimas. Neste sentido, importa pensar em estratégias de atuação que tenham como propósito a mitigação dos danos causados e simultaneamente ter em conta soluções preventivas que impeçam novas ocorrências abusivas.

A APAV (2011, p.238) refere que qualquer tipo de prevenção se apoia no pressuposto “de que a educação acerca do tema pode mudar a consciência, o

conhecimento e ensinar competências. A mesma fonte salienta que a prevenção pode ser distinguida em prevenção primária tem lugar se o objetivo for evitar a ocorrência de um problema prevenção secundária tem em conta as consequências que se seguem após acontecer o problema, ainda, prevenção terciária assenta, essencialmente, na ação a longo prazo, com vista a minimizar danos.

Brino e Williams (2008,p.97) afirmam que foi na década de 70 do século XX que nasceram os programas de prevenção primária do abuso sexual infantil, principalmente nos Estados Unidos da América, possuindo como dois principais objetivos a diminuição da vulnerabilidade das crianças e a instigação à revelação. Ao longo dos anos, a necessidade de reformular os programas de prevenção foi sendo percebida em função de não se terem verificado resultados significativos. Deste modo, encarou-se a pertinência de alargar o seu tempo de duração como meta a atingir, assim como se considerou premente dirigi-los à comunidade em geral e não a grupos específicos.

Nesta perspectiva, Moita (2016, p.15) proclama que “o sistema de proteção de crianças e jovens não pode limitar-se a atuar na evidência ou suspeita de uma situação, mas sim investir em ações projetadas para o meio social no qual a criança se desenvolve, desenvolvendo estratégias de prevenção. Para além disto, afirma-se que é fulcral existir dedicação e um trabalho em rede da administração pública, escola, sociedade e família. A criança e o seu bem-estar deverão constituir sempre o foco de atuação.

Reis (2009,p.45) atesta que toda a intervenção no sentido da prevenção carece de possuir como base o esclarecimento dos fatores que possam estar na origem de uma situação de perigo. Defende, pois, que a intervenção deve ser dirigida tendo em vista a eliminação dos fatores negativos e a consolidação dos fatores positivos.

Na visão de Maria e Ornelas (2010,13), o abuso sexual contra crianças ainda é um tema carregado de tabus, mitos, valores pessoais e religiosos, o que dificulta a sua discussão em qualquer âmbito. Emerge, assim, a necessidade de os programas de prevenção desmistificarem estes pensamentos, utilizando um vocabulário adequado, tendo em conta o facto de as crianças não apresentarem,

inequivocamente, semelhante mesma capacidade de percepção quando comparadas com um adulto.

A APAV (011,p.10) refere que esta agressão sexual acarreta consequências devastadoras para a criança/adolescente a nível desenvolvimental, social ou psicológico. As lembranças desta experiência acabam por ser conexões para o futuro. Em virtude do que foi referido, verifica-se que todas as entidades em contacto direto ou indireto com crianças/jovens se devem encontrar preparadas, informadas e atentas para um reconhecimento rápido da situação, tendo em vista o desenvolvimento de uma prevenção adequada e eficaz.

Tendo em conta o exposto, conclui-se a urgência de desenvolver programas de prevenção de abuso sexual infantil que possuam o objetivo primário a capacitação das crianças para que melhor identifiquem situações impróprias e para que lhes sejam ensinadas estratégias preventivas, do mesmo modo que seria profícuo apostar na formação de adultos, ao nível de saberes e aptidões precaucionais. Como objetivo secundário, estes programas passam, essencialmente, por incentivar as crianças a revelar qualquer situação de abuso (Maria, 2012).

A mesma fonte diz ainda que os mesmos devem essencialmente instruir as crianças ao nível da temática em causa, de modo a adquirirem uma atitude pessoal protetora, afinando as suas aptidões de forma a identificarem toques impróprios, seja por parte de um indivíduo adulto ou de outra criança/adolescente. O que se visa é, sobretudo, a consciencialização no sentido da importância de desvendar qualquer tentativa ou acontecimento impróprio.

É meritório refletir que a linguagem, bem como os recursos utilizados deverão ser adequados à idade, o que corrobora a tese de Guímaro (2019, p.42): a forma como podemos transmitir informações às crianças sobre os abusos sexuais de crianças pode ser um fator decisivo para a sua proteção relativamente aos mesmos. Os programas de prevenção defendem que é tão importante falar às crianças nos abusos sexuais de crianças como nas regras de prevenção rodoviária.

Na mesma linha de entendimento, Brito et al (2016,p.158), defendem que prevenção desta violência exige “o uso de estratégias contínuas a nível individual, relacional, comunitário e social”

1.12. O papel dos intervenientes da educação

Correia (2015,p.p.4)O contexto escolar é a imagem e semelhança dos acontecimentos comunitários por nele coexistirem diversos agentes. Neste sentido, sublinha que “a escola não são só os alunos, professores e não docentes, mas também as suas famílias e a própria comunidade” associando-a a um espaço responsável pela formação do indivíduo em que, por excelência, se transmite aprendizagens e saberes. Neste âmbito, a existência de um trabalho interdisciplinar é categórica, desde logo porque permite colmatar diversos problemas, sendo de referir que grande parte destes exigem uma intervenção socioeducativa.

Destaca-se, portanto, a conveniente participação do Educador em contexto escolar: “a educação social atua, de facto, concomitantemente com outros profissionais, numa perspectiva interdisciplinar, na promoção e proteção social”. Desta forma, a sua intervenção deve circunscrever-se de forma completa à atuação dos restantes técnicos por existir uma diversidade de complexidades que carecem de solução, para as quais os professores não possuem qualificações na sua formação base

De acordo com Viegas (2014,p.9), a educação “orienta-se no sentido de gerar processos de prevenção e intervenção para melhorar a vida dos indivíduos, existem várias questões que podem ser trabalhadas pelo/a educador/a social na e a nível do ensino primário, isto é, mais preventivo. Tendo em consideração as competências deste profissional neste contexto, aponta algumas como principais, capacidade de trabalhar em equipa com os funcionários, os professores, os técnicos da escola e com equipas exteriores à escola; estar familiarizado com o contexto, sendo capaz de identificar recursos educativos, culturais e sociais da área da escola; ter capacidade de criar, desenvolver e avaliar projetos, formações e atividades de intervenção; ter capacidade de avaliar o contexto familiar e social dos alunos; dominar dinâmicas de grupo; ter conhecimento e prática em técnicas de mediação; ter conhecimento e prática em técnicas de aconselhamento e orientação, nomeadamente filosófico, a fim de se intervir a nível projetivo e axiológico.

Segundo Correia (2015, p.10), as funções do Educador em contexto escolar podem passar pela criação de “espaços para que os alunos possam participar em projetos que não se confinem só à formalidade da sala de aula”(p.4), o que se reveste

de diversas utilidades no que diz respeito à criação de “oportunidades para dar uma visão diferente da escola, concebida como um espaço de construção, de exploração, de participação e de autonomia, o que poderá melhorar a convivência em contexto escolar”, ainda, “porque contribuem, mediante metodologias mais participativas, para a formação de cidadãos mais conscientes das suas capacidades pessoais”.

Face ao exposto, e tendo em conta as características dos projetos/programas de prevenção do abuso sexual infantil, é cognoscível que o Educador Social é um profissional que tem competências para integrar uma equipa multidisciplinar envolvida na sua implementação em contexto escolar. Tal como refere Viegas (2014), a Educação Social, maior parte das vezes, intervém em acontecimentos que carecem de respostas instantâneas, sendo, por isso, uma intervenção extensiva e intensa.

Segundo Mendes, (2012, p.51). Em contrapartida, também atua no sentido da prevenção, devendo possuir como meta a procura de soluções para situações urgentes, mas, sobretudo, para prevenir problemas. No entanto, ainda é recente a integração do Educador Social em contexto escolar, e em consequência, a sua intervenção está direcionada para as prioridades e necessidades imediatas da escola, podendo este ocupar diversos espaços de atuação, nomeadamente “nos Serviços Especializados de Apoio Educativo, contribuindo para a formação integral dos alunos, sobretudo apoiando na construção da sua identidade pessoal e social, desenvolvimento de capacidades de autonomia e, também, intensificar a ligação entre a escola e a família”

Azevedo, 2015, p.6). A realização destes projetos/programas nas escolas encerra em si como pontos fortes o alcance de um grande número de crianças/jovens e o facto de, no geral, os profissionais em contexto escolar serem considerados de confiança. Assim, existindo um bom treino de competências, e se as crianças forem bem informadas, facilmente relatarão uma situação abusiva a esses mesmos profissionais. Sob outra perspectiva, o Educador Social constitui-se como um profissional de referência no que toca à implementação de programas/projetos de prevenção do abuso sexual infantil também em virtude de a estratégia de atuação deste técnico dever fazer valer-se de técnicas de intervenção apoiadas “na escuta, no diálogo e no aconselhamento, que permite aos alunos e respetivas famílias, superar

e aprender a gerir dificuldades, ansiedades, instabilidades, tomadas de decisão e/ou frustrações, sentidas no quotidiano escolar e fora dele, ajudando-os”

No que toca ao envolvimento das famílias e comunidades nestes projetos/ programas, os profissionais de educação social devem ser agentes de mediação na “relação entre escola, família e comunidade, podendo ainda conceber planos de formação, dirigidos a toda a comunidade educativa, no âmbito da prevenção primária de comportamentos de risco, da educação para a saúde, cidadania, educação sexual, cuidados básicos de higiene. (Azevedo, 2015, p.7).

Em jeito de conclusão, pode-se afirmar que o Educador Social integrado em contexto escolar, no que toca à prevenção da violência estudada nesta investigação, poderá levar a cabo iniciativas como programas/projetos ainda não implementados, ou mesmo inserir-se em ações já postas em prática. Note-se que existem valências que são apreciadas neste profissional: por um lado, é fulcral que possua competências para trabalhar numa equipa multidisciplinar, na qual exista cooperação dos recursos das diferentes áreas que compõem a equipa e, por outro lado, como foi já mencionado, é uma mais valia o facto deste técnico possuir na sua formação base aptidões que lhe permitem ser a ponte entre a escola, família e comunidade:

“trabalhando com os alunos, pais e professores, mas também num processo que deve envolver um trabalho em rede com outros profissionais, estabelecendo parcerias com outras instituições, quer seja a escola, a família, os serviços de saúde e de solidariedade social” (Azevedo, 2015, p.21), beneficiando de uma intenção pedagógica que, por sua vez, será positiva para fazer chegar esses programas/projetos à comunidade, mas sobretudo, às famílias e aos agentes da escola.

CAPÍTULO II - METODOLOGIA DE PESQUISA

Segundo Capitya (2014, p.14) definiu metodologia como sendo um conjunto de abordagens, técnicas e processos utilizados pela ciência para formular e resolver problemas de aquisição objectiva do conhecimento, de uma maneira sistemática.

2.1.Tipos de pesquisa

Para se chegar aos objectivos traçados, usou-se a pesquisa descritiva com procedimento bibliográfico.

Segundo Santos (2011. p.5), a pesquisa descritiva é um levantamento das características conhecidas componentes do facto/fenômeno/problema. É normalmente feita na forma de levantamentos ou observações de sistemas do facto/fenômeno ou problema escolhido.

2.2. Modelos de Abordagens

Para uma pesquisa exitosa optaremos pela abordagem qualitativa. Segundo Michel (2005, p. 20) “a abordagem **qualitativa** permite na descoberta, a identificação, a descrição aprofundada e a geração de explicações. Busca o significado e a intencionalidade dos actos, das relações e das estruturas sócias”. A abordagem qualitativa permite a recolha e análise de dados que dado a sua natureza um tanto ou quanto subjectiva, a outra abordagem não facilitaria a sua observação.

2.3. Níveis de estruturação de métodos

Segundo Carvalho (2009) diz que, método refere-se “à especificação dos passos que devem ser dados em certa ordem, para alcançar um determinado fim”

Histórico - lógico: Este método serve para compreender o contexto histórico da violência sexual em crianças, (Santos 2011).

Analítico - sintético: Este método de pesquisa possibilitará realizar uma análise do fundamento teórico de vários autores, mostrando os aspectos convergentes e divergentes, assim como analisar os resultados dos instrumentos aplicados e chegar a algumas conclusões.(Carvalho 2009)

Indutivo: Para Marconi e Lakatos (2007 p.45) Indução é um processo mental por intermédio do qual, partindo de dados particulares suficientemente constatados, infere-se uma verdade geral ou universal, não contida nas partes examinadas. usamos este métodos para induzir o conjunto de informações recolhidas por parte dos entrevistados.

Níveis Estatístico: Usamos de forma complementar, para revelação das tendências e relações dos fenômenos. Podem ser descritivamente e inferencial para o processamento das informações, que permitiram sintetizar, interpretar e apresentar dados percentuais através de tabelas.(Antunes 2021).

2.4. Técnicas e de pesquisa

Gil (2011), refere que as técnicas de obtenção de dados que se podem utilizar normalmente uma pesquisa, são três técnicas: a observação, a entrevista e o inquérito.

2.5. Instrumentos e Procedimentos

Para tornar possível a nossa pesquisa, serão utilizados como instrumento de colecta de dados: questionário constituído por uma série de perguntas claras e sucintas, a serem respondidas por escrito, o guião de entrevista e a grelha de observação. (Rodrigues 2011).

2.6. População e Amostra

População

De acordo com Chemin (2015, p.11), população é o "somatório dos indivíduos ou elementos, com qualquer característica comum e que estão sujeitos a uma análise estatística, por terem interesse para o estudo, quanto a sua origem, pode ser um conjunto de pessoas, animais, coisas ou acontecimentos". A nossa população é composta por 362 indivíduos.

Amostra

Amostra é um subconjunto retirado da população, que se supõe ser representativo de todas as características da mesma, sobre o qual será feito o estudo com objectivo de serem tiradas conclusões válidas sobre a população.

A nossa amostra é de 185 entrevistados todos do complexo escolar nº 206, do Município do Bula-Atumba- Província do Bengo.

Tabela nº 01- Descrição da População e Amostra

Função	População	Amostra
Director	1	1
Subdirector Pedagógico	1	1

Professor	10	8
Alunos	350	175
Total:	362	185

Fonte: (Elaboração própria, 2024)

CAPITULO III- DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

3.1. Caracterização da escola

Neste capítulo começaremos por proceder a caracterização do local da pesquisa, tal como fizemos acima e discutiremos igualmente os dados recolhidos na escola em estudo. E com base nas informações colectados permitiu-nos fazer a interpretação do problema em estudo, tal como se apresenta abaixo.

Tabela nº 02–Dados dos entrevistados Relactivamente as idades

Idades	Frequência	Percentagem
11-18	173	94%
18-25	4	2%
26-33	6	3 %
34-42	2	1%
Total:	185	100%

Fonte: (Elaboração própria, 2024)

Percebe-se que os entrevistados variam as idades dos 11-18 que corresponde a 94% 18-25 anos de idades correspondem a 2% 26-33 anos de idades correspondem 3% e 34-42 anos correspondem a 1%.

Tabela nº 03– Dados dos entrevistados Relactivamente o Sexo

Sexo	Frequência	Percentagem
Masculino	95	51%
Feminino	90	49%
Total:	185	100%

Fonte: (Elaboração própria, 2024)

Relativamente a tabela nº 02 sobre o género trabalhamos com os dois géneros sendo: 95 indivíduos do sexo masculino, que corresponde a 51%, 90 indivíduos do sexo feminino correspondente a 49%.

Tabela nº 04 – Dados dos entrevistados relacionado a habilitação literária

Habilitação literária	Frequência	Percentagem
5ª Classe	93	50%
6ª Classe	80	43%
Técnico Médio	9	5%
Licenciado	3	2%
Total:	185	100%

Fonte: (Elaboração própria, 2024)

No que se refere a tabela nº 03 relativamente a habilitação literária 50% têm 5ª classe, 43% têm a 6ª classe, 5% são Técnico Médio e 2% são Licenciados,

3.2. RESULTADOS DAS ENTREVISTAS DIRIGIDO AO DIRECTOR E SUBDIRECTOR PEDAGÓGICO

3.2.1- Entendimento do Director e Subdirector Pedagógico sobre o conceito de violência sexual

Director: Abuso sexual é uma forma de violência sexual contra criança e/ou adolescente.

Subdirector pedagógico: Abuso sexual é forma de maus-tratos que apresenta tanto violência física como psicológica, geralmente repetitivo e intencional

Percebe-se que os entrevistados têm conhecimento sobre o conceito de violência sexual. Furniss (1993, p.180) afirma que abuso sexual é toda forma de relação ou jogo sexual entre um adulto e uma criança ou adolescente, com o objectivo de satisfação desse adulto e/ou de outros adultos. Pode acontecer por meio de ameaça física ou verbal, ou por manipulação/sedução.

3.2.2- Entendimento do Director e Subdirector Pedagógico reactivamente se há alunos vítima de abuso sexual?

Director: Sim **Subdirector pedagógico:** Sim

Segundo as respostas dos entrevistados percebe-se que no complexo escolar nº 206, tem alunos vítima de abuso sexual. Entendem que os responsáveis das crianças sobre tudo os pais e encarregados de educação não têm passado uma boa educação sobre o abuso sexual e não só, tal como os professores e outros elementos do recinto escolar.

3.2.3 - Entendimento do Director e Subdirector Pedagógico reactivamente os factores que estão na base do abuso sexual

Director: Afecto

Subdirector pedagógico: As drogas, bebidas Alcóolicas e filmes pornográficos

De acordo com as afirmações dos entrevistados entende-se que conhecem os factores que estão na base da violência sexual. Mayle (2014), afirma que os factores causador do abuso sexual são as drogas, bebidas alcóolicas, o afecto, filmes pornografia e factores psicológico. Estes factores fazem com que os criminosos sejam estimulados e lhe dá coragem para efectivar estes crimes.

3.3.4 - Entendimento do Director e Subdirector Pedagógico quanto as consequências do abuso sexual

Director: Trauma psicológico

Subdirector pedagógico: Trauma

De acordo com as afirmações dos entrevistados percebe-se que os mesmos têm bases que sustentam a questão em imposta. Garfunkel, (1992) descreve que crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual sofrem efeitos mais traumáticos do que adultos, pois a suas funções afectivas e cognitivas do sistema nervoso central ainda não amadureceram totalmente.

Com isso, a forma como o abuso sexual afecta uma criança será prejudicial ao seu desenvolvimento. É importante destacar que, não há como generalizar os efeitos e as consequências de abuso sexual para todas as vítimas

3.3.5 - Entendimento do Director e Subdirector Pedagógico quanto como tem sido associação social, psicológica e comportamento do aluno que sofreu abuso sexual

Director: Negativo

Subdirector pedagógico: Quanto na visão do subdirector pedagógico, cria um isolamento social.

De acordo com as afirmações dos entrevistados entende-se que, o abuso sexual, sendo ele de carácter incestuoso ou não, deixa a criança numa sensação de total desamparo. O adulto que deveria ser sinónimo de proteção se torna fonte de perturbação e ameaça. Ela não tem com quem contar, não pode comentar o facto e ainda é mobilizada, pela complexidade da relação, a sentir-se culpada. O silêncio, portanto, pode estar associado ao sentimento de culpa, às ameaças feitas, ao vínculo estabelecido na relação, principalmente por parte da criança (Romaro, 2007, p. 180).

3.3.6- Entendimento do Director e Subdirector Pedagógico quanto as idades propensas a acto de abuso sexual

Director: 2-05 anos **Subdirector pedagógico:** 10-20 anos

Quanto a resposta dos entrevistados entende-se que a idade propensa ao abuso sexual é vinculada a crianças que não têm forças para se defender e os autores que praticam estes actos são os seus próximos que indicia a criança com vários objetos ou fileitando ela a fim de se aproveitar da mesma.

Por outra o abuso sexual contra crianças ainda é um tema carregado de tabus, mitos, valores pessoais e religiosos, o que dificulta a sua discussão em qualquer âmbito. Emerge, assim, a necessidade de os programas de prevenção desmistificarem estes pensamentos, utilizando um vocabulário adequado, tendo em conta o facto de as crianças não apresentarem, inequivocamente, semelhante mesma capacidade de perceção quando comparadas com um adulto.

3.3.7- Entendimento do Director e Subdirector Pedagógico quanto as estratégias que a escola usa para combater o abuso sexual

Director: Usa sensibilização

Subdirector pedagógico: Dá seminário sobre o tema

Quanto a resposta dos entrevistados entende-se que a escola tem usado técnicas eficaz pois os professores devem transmitir informações às crianças sobre os abusos sexuais de crianças como um dos factores para a sua proteção. Tal como: os programas de prevenção defendem que é tão importante falar às crianças sobre abusos sexuais de crianças e regras de prevenção rodoviária.

3.1.8- Entendimento do Director e Subdirector Pedagógico reactivamente conheces qual é o papel do Director, Subdiretor e professores face o abuso sexual?

Director: Sim

Subdirector pedagógico: Afirma que conhece o papel de subdirector pedagógico, quanto o abuso sexual.

Quanto a resposta dos entrevistados entende-se que os interlocutores conhecem os seus papeis tal como afirma Correia (2015,p.p.4) O contexto escolar é a imagem e semelhança dos acontecimentos comunitários por nele coexistirem diversos agentes. Neste sentido, sublinha que “a escola não são só os alunos, professores e Directores ou mesmo o corpo directivo, mas também as suas famílias e a própria comunidade” associando-a a um espaço responsável pela formação do indivíduo em que, por excelência, se transmite o processo de aprendizagens.

3.3. RESULTADOS DAS ENTREVISTAS DIRIGIDO AOS PROFESSORES

3.3.1. Entendimento dos professores sobre o conceito de violência sexual

Cinco professores responderam que a violência sexual é um acto de agressão física. Ao passo que três professores responderam que a violência sexual é um crime público, e dois professores responderam que a violência sexual cria um transtorno psicológico.

Percebe-se que os entrevistados têm conhecimento sobre o conceito de abuso sexual tal como afirma Watson, (1994). Abuso sexual é forma de maus-tratos que apresenta tanto violência física como psicológica, geralmente repetitivo e intencional.

3.3.2. Entendimento dos professores reactivamente se há alunas vítimas de abuso sexual?

Todos professores responderam em dizer que sim, há alunas vítimas de abuso sexual.

Segundo as respostas dos entrevistados percebe-se que as informações sobre as vítimas de abuso sexual tem sido um embarço por parte das alunas no processo de ensino e aprendizagem por outra foi notório que o gestor da referida Instituição tem vedado forças para combater este fenómeno.

3.3.3 - Entendimento dos professores reactivamente os factores que estão na base do abuso sexual

Quatro professores responderam que os factores que estão na base do abuso sexual são as drogas.

Três professores responderam que os factores que estão na base do abuso sexual são incentivados pelos vídeos pornográficos.

Três professores afirmaram que, o que está na base do abuso sexual são os factores psicológicos.

Percebe-se que os mesmos têm conhecimento dos factores que estão na base da violência sexual. Tal como se refere Paulino (2012,p.07) que os riscos são vários,

dependendo de cada criminoso alguns têm problemas psicológicos e outros fazem de forma voluntário.

3.3.4 - Entendimento dos professores quanto as consequências do abuso sexual

Dois professores responderam que as consequências do abuso sexual são traumas.

Cinco professores afirmam que o desapego social podem ser uma das consequências do abuso sexual.

Três professores dizem que as consequências do abuso sexual são os insucessos escolares.

De acordo com as afirmações dos entrevistados percebe-se que os mesmos têm bases que sustentam a questão em imposta. Brito et al (2016, p. 6970). Diz que os temores das consequências podem advir da revelação, medo de não acreditarem em si, de ser ridicularizado/a, de magoar os outros ou o próprio abusador, de desintegrar a família, de ser castigado/a, de ser retirado/a à família, de que o abusador seja preso influenciam a criança a manter o assunto em segredo. Especificamente, no que diz respeito às evidências clínicas.

3.3.5 - Entendimento dos professores quanto como tem sido associação social, psicológica e comportamento das alunas que sofreu abuso sexual

Os dez professores responderam de forma unanime em dizer que a associação social, psicológica e comportamental das alunas que sofreram abuso sexual tem sido negativo.

De acordo com as afirmações dos entrevistados entende-se que os entrevistados conhecem os efeitos social que o abuso sexual traz, tal como afirma Romaro, (2007, p. 180). Os adultos que deveria ser sinônimo de proteção se torna fonte de perturbação e ameaça. Ela não tem com quem contar, não pode comentar o facto e ainda é mobilizada, pela complexidade da relação, a sentir-se culpada.

3.3.6 - Entendimento dos professores quanto as idades propensas a acto de abuso sexual

Dois professores responderam que as idades propensas a acto de abuso sexual são dos 02 - 05 anos.

Ao passo que quatro professores responderam, que as idades propensas a acto de abuso sexual vai dos 05 -10 anos.

Quatro professores afirmam que as idades propensas a acto de abuso sexual são dos 10 -16 anos.

Quanto a resposta dos entrevistados entende-se que a idade propensa ao abuso sexual é vinculada a crianças que não têm forças para se defender e os autores que praticam estes actos são os seus próximos que indicia a criança com vários objetos ou fileitando ela a fim de se aproveitar da mesma.

Por outra o abuso sexual contra crianças ainda é um tema carregado de tabus, mitos, valores pessoais e religiosos, o que dificulta a sua discussão em qualquer âmbito. Emerge, assim, a necessidade de os programas de prevenção desmistifiquem estes pensamentos, utilizando um vocabulário adequado, tendo em conta o facto de as crianças não apresentarem, inequivocamente, semelhante mesma capacidade de percepção quando comparadas com um adulto.

3.3.7 - Entendimento dos professores quanto as estratégias que a escola usa para combater o abuso sexual

Seis professores responderam que as estratégias que a escola usa para combater o abuso sexual são os seminários.

Dois professores responderam que as estratégias que a escola usa para combater o abuso sexual são as brigadas escolares.

Dois professores responderam que as estratégias que a escola usa para combater o abuso sexual é trabalhar junto com os pais e encarregados de educação.

Quanto a resposta dos entrevistados entende-se que a escola tem usado bons métodos a fim de combater o abuso sexual. Outrossim deve-se usar também as rádios

e cadeias televisiva afim de que se possa transmitir a todos afim de conhecer as consequências do abuso sexual.

3.3.8 - Entendimento dos professores reactivamente: Como Director, Subdirector e professores conheces qual é o papel face o abuso sexual?

Todos responderam sim, conhecem o papel face o abuso sexual.

Quanto a resposta dos entrevistados entende-se que os mesmos têm desempenhado papeis fundamental a fim de combater o abuso sexual, visto que todos fazem parte de um processo. Percebemos ainda, que um do papel que devem efectivar, é providenciar acções positivas em sala de aula, o que vem ao encontro de que vão além: esse assunto não pode ficar dentro dos muros das escolas, a escola sozinha não pode dar conta do problema sem a ajuda de serviços especializados de atendimento.

3.4. RESULTADOS DAS ENTREVISTAS DIRIGIDO AOS ALUNOS

3.4.1- Entendimento dos alunos sobre: Já sofreu abuso sexual?

Dos 173 alunos selecionados na nossa amostra todos responderam que já sofreram abuso sexual.

Percebe-se com as respostas dos alunos visto que os intervenientes da acção educacional têm vedado forças para que este fenómeno não volte acontecer na referida escola.

3.4.2- Entendimento dos alunos sobre: A quem se deve informar quando uma criança sofreu abuso sexual?

173 alunos selecionados da amostra reactivamente a pergunta imposta os mesmos afirmam que quando uma criança sofre abuso sexual deve informar mediamente aos pais.

Entende-se com as informações dos alunos porque os membros mais próxima da criança são pais ou encarregados de educação em que a criança vive.

3.4.3- Entendimento dos alunos sobre: qual é o recado que deixas aqueles que abusam sexualmente de uma criança

173 alunos selecionados da amostra responderam que esses criminosos devem estar presos.

Percebe-se com as respostas dos alunos visto que o abuso sexual é um crime grave, para estes criminosos deve estar submetido ao peso da lei ao passo de cumprir as suas sentenças.

3.4.4- Entendimento dos alunos sobre: tens um amigo adulto que te ama muito e tem te pegado nas partes íntimas?

173 alunos selecionados da amostra responderam que não têm amigo adulto que lhes ama muito e tem lhes pegado nas partes íntimas. Percebe-se que os alunos estão atentos quanto ao seu processo educativo.

CONCLUSÃO

A partir dessa pesquisa, compreendemos que o abuso sexual é um evento traumático e essa acção causa efeitos distintos nas vítimas deixando sequelas emocionais ou comportamentais, podendo afetar o desenvolvimento de uma criança em seus aspectos afetivos e cognitivos. Entendemos que é necessário que um estudante se desenvolva positivamente em todos os seus aspectos de forma gradativa e similar, assim, crianças vítimas de abuso sexual necessitam de olhares atentos e cuidadosos.

Tendo em vista o professor e pais encarregados de educação como um dos maiores aliados na prevenção e proteção contra abuso sexual de crianças, concluímos que o primeiro passo é que este deve compreender a sexualidade e sexo como distintos, sendo necessário conhecer sobre o tema e sobre questões relativas ao abuso sexual, pois esse conhecimento pode contribuir positivamente para que possa tratar da sexualidade com as crianças na escola de forma natural sendo capazes de dialogar sobre o assunto, podendo ajudar as crianças a conhecerem o próprio corpo, promovendo seus direitos e deveres como seres que precisam de cuidado e proteção. O professor deve também estar atento ao convívio familiar de seus estudantes, pois, em muitos casos existe uma tendência da família acobertar os acontecimentos e uma aproximação pode contribuir para interrupção do abuso sexual.

Em questão às acções educacionais em torno desse assunto, destacamos que a as instituições educacionais são ambientes que visam buscar a formação integral dos estudantes sendo o local em que as crianças passam grande parte do seu dia se socializando com outras crianças e adultos. Assim, entender sobre sua sexualidade não é só um direito, mas se faz necessário para sua formação como sujeito da sociedade.

A pesquisa buscou refletir sobre o assunto visando contribuir para o despertar do professor em relação às suas acções na prevenção do abuso sexual e até para a interrupção de ciclos de casos. Ficou evidente que a escola pode ser uma instituição que intervém por meio dos professores em sala de aula, bem como por meio de outros profissionais e educadores que a compõem, como é o caso de psicopedagogos no ambiente escolar, além de acções que devem extrapolar este

espaço e tomar proporções maiores junto as instâncias públicas com base legal na proteção e acolhimento de crianças que sofrem abuso sexual.

Neste sentido, a escola deve proporcionar formação contínua aos docentes para prepara-los melhor. Os estudos qualitativos ainda são necessários para analisar as repercussões das acções e estratégias aplicadas pelas escolas e outras instituições contra o abuso sexual e a proteção das crianças, para que se possa perceber o alcance ou mesmo as estratégias e acções que têm sido propostas em diferentes realidades.

SUGESTÕES

Tendo terminado a nossa pesquisa achamos conveniente sugerir as seguinte:

A direcção do Complexo escolar nº 206:

Que a Direcção da escola crie projecto com objectivo a dar formação aos profissionais de educação;

Que haja mais encontro com os professores, alunos, e pais e encarregados de educação sobre o tema referido.

Aos professores

Que obedeçam as orientações dos superiores hierárquicos;

Que os professores sejam facilitadores caso haja abuso sexual.

Aos alunos

Caso haja abuso sexual denunciem as instâncias superiores

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Aded, N. D. B.M.T.& Cavalcanti, M. (2006). *Abuso sexual em crianças e adolescentes: Revisão de 100 anos de literatura. Revista dePsiquiatria Clínica*
- Einar H. (2008). *Comunicação pessoal, nas aulas da cadeira de Psicopatologia da criança e do adolescente II. Lisboa, 2º semestre do ano lectivo*
- Fávero, M. (2003). *Sexualidade infantil e abusos sexuais de menores. Lisboa: Editores Climepsi.*
- Habigzang, L. K. S.A. G., & Machado, P. (2005). *Abuso sexual infantil e dinâmica familiar: Aspectos observados em processos jurídicos. Psicologia: Teoria e Pesquisa*
- Habigzang, L., Azevedo, G., Koller, S., & Machado, P. (2006). *Factores de risco e de protecção na rede de atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. Psicologia: Reflexão e Crítica,*
- Habigzang, L., Koller, S., Stroehrer, F., Hatzenberger, R., Cunha, R., & Ramos, M. (2008). *Entrevista clínica com crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual. Estudos de Psicologia*
- Helander, E. (2008). *Children and violence – The world of the defenceless. London: Palgrave Macmillan.*
- Pfeiffer, L., & Salvagni, E. (2005). *Visão atual do abuso sexual na infância e adolescência. Jornal de Pediatria*
- Rodrigues, J., Brino, R., & Williams, L. (2006). *Concepções de sexualidade entre adolescentes com e sem histórico de violência sexual.*
- Amazarray, M. R. (1998). *Alguns aspectos observados no desenvolvimento de crianças vítimas de abuso sexual. Porto Alegre*
- Borges, J. L. Dellaglio, D. (2008). *Dalbosco. Abuso sexual infantil: indicadores de risco e consequências no desenvolvimento de crianças. Porto*

Cândido, R. (2021) *A Menina das Cores*. São Carlos: Editora Scienza.

Day, V. Peres; (2021) *Violência doméstica e suas diferentes manifestações*.

Gagliotto G. Monteiro;(2014). *A identificação da violência sexual em crianças e adolescentes no espaço escolar: limites e possibilidades de enfrentamento na voz dos professores*.

GIL, A. Carlos, (1946)- *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. - São Paulo: Atlas

Habigzang, L. F. Hatzenberger, (2008). *Avaliação Psicológica em Casos de Abuso Sexual na Infância e Adolescência*. Universidade Federal do Rio

Mayle, P. Robins, (2014).*De Onde Viemos: explicando às crianças os fatos da vida, sem absurdos*. São Paulo

PCNs, (1996). *Parâmetros Curriculares Nacionais. Orientação Sexual*. BRASIL.

PIVA, E. J. Aláide (2013). *Prevenção à Violência Sexual e Formação de Professores: avaliação de uma proposta de intervenção*.

Romaro,R. C. &Claudio Garcia. (2021). *As faces da violência: aproximações, pesquisas, reflexões*. São Paulo:

Romero, K. R. &dos Santos (2007). *Crianças Vítimas De Abuso Sexual, Aspecto Psicológico da Dinâmica Familiar*. Curitiba

Santos, B. Rodrigues (2011). *Guia escolar: identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes*. Seropédica, RJ.

Souza, D. Antunes (2021). *Uso de tecnologias digitais por crianças e adolescentes: potenciais ameaças em seus inter-relacionamentos*.

Zuliani, G.Manarin, (2017) *professor frente a violência sexual intrafamiliar e o impacto no desenvolvimento da aprendizagem da criança*. V Simpósio Internacional em Educação Sexual.

APÊNDICE

QUESTIONÁRIOS DIRIGIDO AO DIRECTOR E SUBDIRECTOR PEDAGÓGICO

O presente questionário tem como fim académico, e exclusivo para o uso na elaboração de trabalho de fim do curso de Licenciatura em pedagogia, no Instituto Superior de Angola (ISA), e tem como tema: **CONSEQUÊNCIAS DO ABUSO SEXUAL NOS ALUNOS DO COMPLEXO ESCOLAR Nº 206, BULA-ATUMBA / PROVINCIA DO BENGUELA 2022/2023**. Por via do qual, solicita-se toda a colaboração no preenchimento das perguntas marcando com um X nos espaços declarados para o efeito. Como investigador vem garantir e manter a tua identidade no momento e usa os dados somente para o fim expresso. Apresento os respeitosos cumprimentos Data da entrevista ____/____/____.

Idade ____ Sexo ____ Tempo de serviço ____ habilitações literárias ____.

1. O que entendes por violência sexual?

- a) É um crime público ☐;
- b) É acto de agressão física ou psicológica ☐.

2. Na sua escola tem alunos vítimas do abuso sexual?

a) Sim ;

b) Não

3- Quais são factores que estão na base do abuso sexual?

a) As drogas ;

b) As bebidas alcoólicas ;

c) O afecto

d) A pornografia

e) Factores psicológicos

4- Quais as consequências do abuso sexual?

a) Trauma ;

b) Desapego social ;

c) Baixa simulação

d) Entre outras

5- Como tem sido a associação social, psicológica e comportamental do aluno que sofreu abuso sexual?

a) Positivo ;

b) Negativo ;

c) Varia ;

6- Quais são as idades propensas a estes actos

a) 02-05 Anos ;

b) 05-10 Anos ;

c) 10-20 Anos ;

d) Todas idades ;

7- Quais são as estratégia que a escola usa para combater o abuso sexual em criança?

a) Usa a sensibilização ;

b) Usa brigada escolar ;

c) Tem trabalhado junto com os pais e encarregados de educação ;

d) Tem dado seminário sobre o tema ☐;

e) Todas ☐

8- Conheces qual é o papel do Director, do subdirector e do professor face o abuso sexual?

a) Sim ☐;

b) Não ☐;

QUESTIONÁRIOS DIRIGIDO AOS PROFESSORES

O presente questionário tem como fim académico, e exclusivo para o uso na elaboração de trabalho de fim do curso de Licenciatura em pedagogia, no Instituto Superior de Angola (ISA), e tem como tema: **CONSEQUÊNCIAS DO ABUSO SEXUAL NOS ALUNOS DO COMPLEXO ESCOLAR Nº 206, BULA-ATUMBA/PROVINCIA DO BENGUÉ 2022/2023**. Por via do qual, solicita toda a colaboração no preenchimento das perguntas marcando com um X nos espaços declarados para o efeito. Como pesquisador vem garantir e manter a tua identidade no momento e usa os dados somente para o fim expresso. Apresento os respeitosos cumprimentos

Data da entrevista ____/____/____.

Idade ____ Sexo ____ Tempo de serviço ____ habilitações literárias ____.

1. O que entendes por violência sexual?

c) É um crime público ☐;

d) É acto de agressão física ou psicológica ☐;

2. Na sua escola tem alunos vítima ao abuso sexual?

c) Sim ☐;

d) Não ☐

3- Quais são factores que estão na base do abuso sexual?

f) As drogas ☐;

g) As bebidas alcoólicas ☐;

h) O afecto ☐

i) A pornografia ☐

j) Factores psicológicos

4- Quais as consequências do abuso sexual?

- a) Trauma
- b) Desapego social
- c) Baixa simulação
- d) Entre outras

5- Como tem sido a associação social, psicológica e comportamental do aluno que sofreu abuso sexual?

- a) Positivo
- b) Negativo
- c) Varia

6- Quais são as idades propensas a estes actos

- a) 02-05 Anos
- b) 05-10 Anos
- c) 10-20 Anos
- d) Todas idades

7- Quais são as estratégias que a escola usa para combater o abuso sexual em criança?

- a) Usa a sensibilização
- b) Usa brigada escolar
- c) Tem trabalhos juntos com os pais e encarregados de educação
- d) Tem dado seminário sobre o tema
- e) Todas

8- Como Director, subdirector ou professor, conheces o seu papel face o abuso sexual?

- a) Sim
- b) Não

QUESTIONÁRIOS DIRIGIDO AOS ALUNOS

O presente questionário tem como fim acadêmico, e exclusivo para o uso na elaboração de trabalho de fim do curso de Licenciatura em pedagogia, no Instituto Superior de Angola (ISA), e tem como tema: **CONSEQUÊNCIAS DO ABUSO SEXUAL NOS ALUNOS DO COMPLEXO ESCOLAR Nº 206, BULA-ATUMBA/PROVINCIA DO BONGO 2022/2023**. Por via do qual, solicita toda a colaboração no preenchimento das perguntas marcando com um X nos espaços declarados para o efeito. Como pesquisador vem garantir e manter a tua identidade no momento e usa os dados somente para o fim expresso. Apresento os respeitosos cumprimentos

Data da entrevista ____/____/____.

Idade ____ Sexo ____

habilitações literária _____.

1. Já sofreu abuso sexual?

Sim ☐;

Não ☐.

2. A quem tu informas quando uma criança sofre abuso sexual?.

e) Aos pais ☐.

f) Pessoas próximas ☐.

g) Ao professor ☐.

3. Qual é o recado que deixas aqueles que abusam sexualmente uma criança?.

a) Que deixe destas práticas ☐.

b) Têm que estar presas ☐.

c) Não sei ☐.

4. Tens um amigo adulto que te ama muito e tem te pegado nas partes íntimas?

a) Sim ☐.

b) Não ☐.

ANEXOS